

Companhia IFRS

Demonstrações financeiras
consolidadas ilustrativas de
acordo com o IFRS - 2008

Companhia IFRS

Demonstrações financeiras consolidadas
ilustrativas de acordo com o IFRS - 2008

PricewaterhouseCoopers - Centro de Documentação

PricewaterhouseCoopers
P946c Companhia IFRS Demonstrações financeiras consolidadas ilustrativas
de acordo com o IFRS - 2008 / PricewaterhouseCoopers. - São Paulo :
PricewaterhouseCoopers, 2008.
114 p.

Nota: Esta publicação fornece um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais de apresentação de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) para três tipos de entidades: industrial, atacadista e varejista. Este trabalho baseia-se nas exigências das normas e interpretações do IFRS para os exercícios financeiros iniciados em 1º de janeiro de 2008 ou após essa data.

1. Demonstrações financeiras 2. Sociedades anônimas - Demonstrações financeiras 3. Empresas - Demonstrações financeiras. 4. Contabilidade – Demonstrações financeiras I. Título.

CDU: 347.725
347.728.1
657.372

Índices para catálogo sistemático

1. Sociedades anônimas : Demonstrações financeiras	347.725
2. Empresas : Demonstrações financeiras	347.728.1
3. Contabilidade : Demonstrações financeiras	657.372



©2008 PricewaterhouseCoopers. Todos os direitos reservados. PricewaterhouseCoopers refere-se ao network de firmas membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente.

Permitida a reprodução desde que citada a fonte.

Dezembro, 2008

Introdução

Esta publicação fornece um conjunto de demonstrações financeiras consolidadas, preparadas de acordo com os padrões internacionais de apresentação de demonstrações financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS) para três tipos de entidades: industrial, atacadista e varejista (Companhia IFRS GAAP, a “Companhia”).

Este trabalho baseia-se nas exigências das normas e interpretações do IFRS para os exercícios financeiros iniciados em 1º de janeiro de 2008 ou após essa data. O IFRS 8 - “Segmentos operacionais” foi adotado antecipadamente pela Companhia.

Tentamos criar um conjunto realista de demonstrações financeiras de uma entidade. Certos itens podem não se aplicar a uma ou outra entidade em particular. Por exemplo, a Companhia que está apresentando o relatório não tem arrendamentos operacionais relevantes, sendo assim, a divulgação da política contábil para arrendamentos operacionais não precisa ser incluída nas demonstrações financeiras (IAS1p108,110). Certos tipos de operações foram desconsiderados, uma vez que não são relevantes para as atividades do Grupo.

Os modelos de divulgações não devem ser considerados como as únicas formas aceitáveis de apresentação. A forma e o conteúdo das demonstrações financeiras de cada entidade que apresenta o relatório são de responsabilidade da administração das mesmas. Apresentações alternativas àquelas propostas nesta publicação podem ser igualmente aceitáveis se atenderem às exigências específicas de divulgação prescritas no IFRS.

Essas demonstrações financeiras ilustrativas não substituem a leitura das próprias normas e interpretações em IFRS e o discernimento profissional quanto à adequação da apresentação. Elas não cobrem todas as divulgações possíveis exigidas pelos IFRSs. Mais informações específicas podem ser necessárias para assegurar a adequada apresentação, segundo o IFRS.

Formato

As referências na margem esquerda das demonstrações financeiras representam o parágrafo da norma na qual a divulgação aparece - por exemplo, “8p40” indica o IAS 8, parágrafo 40. A referência ao IFRS aparece por completo, por exemplo, “IFRS2p6” indica o IFRS 2, parágrafo 6. A designação “DV” (Divulgação Voluntária) indica que o IAS ou o IFRS relevante incentiva, mas não exige a divulgação. Notas e explicações adicionais estão apresentadas nas notas de rodapé. Essas demonstrações financeiras ilustrativas contemplam os IFRSs emitidos e revisados pelo IASB no exercício de 2007.

Índice

Balanços patrimoniais consolidados	8
Demonstrações consolidadas do resultado - por função	10
Demonstrações consolidadas das receitas e despesas reconhecidas	12
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa.....	13
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007	14
1. Informações gerais	14
2. Resumo das principais políticas contábeis.....	14
2.1 Base de preparação.....	14
2.2 Consolidação	22
2.3 Apresentação de relatórios por segmentos	23
2.4 Conversão em moeda estrangeira.....	23
2.5 Caixa e equivalentes de caixa	24
2.6 Ativos financeiros.....	25
2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de <i>hedge</i>	27
2.8 Contas a receber de clientes	29
2.9 Estoques	29
2.10 Ativos não-circulantes mantidos para venda	29
2.11 Ativos intangíveis.....	29
2.12 Imobilizado.....	31
2.13 <i>Impairment</i> de ativos não-financeiros.....	32
2.14 Contas a pagar aos fornecedores	32
2.15 Empréstimos.....	32
2.16 Provisões	33
2.17 Imposto de renda corrente e diferido.....	33
2.18 Benefícios a empregados	34
2.19 Capital social	36
2.20 Reconhecimento da receita	36
2.21 Arrendamentos	38
2.22 Distribuição de dividendos.....	39

3. Gestão de risco financeiro	39
4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos	46
5. Informações por segmento de negócios.....	49
6. Caixa e equivalentes de caixa	57
7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado.....	57
8. Instrumentos financeiros derivativos	58
9. Ativos financeiros disponíveis para venda.....	60
9a. Instrumentos financeiros por categoria.....	61
9b. Qualidade do crédito dos ativos financeiros.....	63
10. Contas a receber de clientes e demais contas a receber.....	65
11. Estoques.....	67
12. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	68
13. Investimentos em coligadas	69
14. Ativos intangíveis.....	70
15. Imobilizado.....	73
16. Fornecedores e outras obrigações	75
17. Empréstimos.....	75
18. Provisões para outras obrigações e encargos	79
19. Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	81
20. Obrigações de benefícios de aposentadoria	84

21. Capital social e reservas de capital	91
22. Outras reservas	94
23. Lucros acumulados.....	98
24. Outros ganhos (perdas), líquidos	99
25. Outras receitas	99
26. Perda sobre terrenos desapropriados	99
27. Despesas por natureza	100
28. Despesas com benefícios a empregados.....	100
29. Receitas e despesas financeiras	101
30. Despesa de imposto de renda e contribuição social	101
31. Ganhos (perdas) cambiais, líquido	103
32. Lucro por ação.....	104
33. Dividendos por ação	105
34. Caixa gerado nas operações.....	105
35. Contingências	106
36. Compromissos	106
37. Combinações de negócios	107
38. Transações com partes relacionadas.....	109
39. Eventos após a data do balanço	112

Companhia IFRS

Balancos patrimoniais consolidados

Em milhares de reais

		Em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
1p68, 1p104, 1p36	Ativo			
1p51, 1p57	Circulante			
1p68(i), IFRS7p8	Caixa e equivalentes de caixa	6	17.928	34.062
1p68(d), IFRS7p8(a)	Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	7	11.820	7.972
1p68(d), IFRS7p8(a)	Instrumentos financeiros derivativos	8	1.069	951
1p68(d), IFRS7p8(d)	Ativos financeiros disponíveis para venda	9	1.950	-
1p68(h), IFRS7p8(c)	Contas a receber e demais contas a receber	10	19.765	18.330
1p68(g)	Estoques	11	24.700	18.182
			77.232	79.497
IFRS5p38	Ativos mantidos para venda	12	3.333	-
			80.565	79.497
1p51	Não-circulante			
1p68(h), IFRS7p8(c)	Contas a receber de clientes e demais contas a receber	10	2.322	1.352
1p68(d), IFRS7p8(a)	Instrumentos financeiros derivativos	8	395	245
1p68(d), IFRS7p8(d)	Ativos financeiros disponíveis para venda	9	17.420	14.910
1p68(n), 1p70	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	3.520	3.321
1p68(e)	Investimentos em coligadas	13	13.373	13.244
1p68(c)	Intangível	14	26.272	20.700
1p68(a)	Imobilizado	15	155.341	100.233
			218.643	154.005
	Total do ativo		299.208	233.502

Balanços patrimoniais consolidados

Em milhares de reais

		Em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
1p51	Passivo			
1p51, 1p60	Circulante			
1p68(j), IFRS7p8(f)	Fornecedores e outras contas a pagar	16	16.670	12.478
1p68(l), FRS7p8(e)	Instrumentos financeiros derivativos	8	460	618
1p68(l), IFRS7p8(f)	Empréstimos	17	11.716	18.258
1p68(m)	Imposto de renda e contribuição social		2.566	2.771
1p68(k)	Provisões para outras contas a pagar e encargos	18	2.222	2.396
			33.634	36.521
IFRS5p38	Passivos mantidos para venda	12	220	-
			33.854	36.521
	Não-circulante			
1p68(l), IFRS7p8(f)	Empréstimos	17	115.121	96.346
1p68(l), IFRS7p8(e)	Instrumentos financeiros derivativos	8	135	129
1p68(n), 1p70	Imposto de renda e contribuição social diferidos	19	12.370	9.053
1p68(k), 1p75(d)	Obrigações com benefícios de aposentadoria	20	4.635	2.233
1p68(k), 1p75(d)	Provisões para outras obrigações e encargos	18	1.320	274
			133.581	108.035
	Total do passivo		167.435	144.556
	Patrimônio líquido			
1p68(p)	Capital e reservas atribuídos aos acionistas da controladora			
1p75(e)	Capital	21	25.300	21.000
	Reservas de capital	21	17.144	10.494
1p75(e)	Outras reservas	22	15.549	7.005
1p75(e)	Lucros acumulados	23	66.592	48.681
			124.585	87.180
1p68(o)	Participação dos minoritários		7.188	1.766
	Total do patrimônio		131.773	88.946
	Total do passivo e patrimônio líquido		299.208	233.502

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstrações consolidadas do resultado - por função^(a)

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Exercício findo em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
1p81-83, 1p92,1p3				
1p104				
	Operações continuadas:			
1p81(a)	Receita	5	211.034	112.360
1p92	Custo das vendas		(77.366)	(46.682)
1p92	Lucro bruto		133.668	65.678
1p81(a), 92	Custos de distribuição		(52.140)	(21.213)
1p92	Despesas administrativas		(28.778)	(10.426)
1p92	Outras receitas	25	1.900	1.259
1p83	Outros ganhos (perdas), líquidos	24	(90)	63
1p83	Perda sobre terrenos desapropriados	26	(1.117)	-
1p83	Lucro operacional¹		53.443	35.361
1p83	Receitas financeiras	29	1.730	1.609
1p81(b)	Despesas financeiras	29	(8.173)	(12.197)
1p83	Resultado financeiro, líquido	29	(6.443)	(10.588)
1p81(c)	Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	13	(174)	145
1p92	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	30	46.826	24.918
1p81(d), 12p77	Imposto de renda e contribuição social	30	(14.611)	(8.670)
1p81(f)	Lucro do exercício das operações continuadas		32.215	16.248
IFRS5p33(a)	Operações descontinuadas			
	Lucro do exercício de operações descontinuadas	12	100	120
1p81(f)	Lucro líquido do exercício		32.315	16.368
1p82	Atribuível a:			
1p82(b)	Acionistas da Companhia		29.767	15.512
1p82(a)	Participação dos minoritários		2.548	856
			32.315	16.368

Demonstrações consolidadas do resultado - por função^(a)
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1p81-83,
 1p92,1p3

1p104

		Exercício findo em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
Lucro por ação de operações continuadas e descontinuadas atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)				
Lucro básico por ação				
33p66	De operações continuadas	32	1,26	0,75
33p68	De operações descontinuadas		0,01	0,01
			1,27	0,76
Lucro diluído por ação²				
33p66	De operações continuadas	32	1,15	0,71
33p68	De operações descontinuadas		0,01	0,01
			1,16	0,72

¹ A divulgação do lucro operacional nas demonstrações do resultado não está prevista no IAS 1. Entretanto, sua divulgação ou a de um item semelhante não é proibida.

² O lucro por ação das operações descontinuadas pode ser apresentado nas notas explicativas em substituição à apresentação nas demonstrações do resultado.

^(a) O IFRS também permite a apresentação das demonstrações consolidadas de resultado por natureza.

Demonstrações consolidadas das receitas e despesas reconhecidas
Em milhares de reais

		Exercício findo em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
1p96(b)	Itens líquidos de impostos			
16p77(f)	Ganhos sobre a reavaliação de terrenos e edificações	22	-	759
IFRS7p20(a)(ii)	Ativos financeiros disponíveis para venda	22	362	62
IAS28p39	Participação na reserva de ativos financeiros disponíveis para venda em coligadas	22	(12)	(14)
19p93A	Perda atuarial com obrigações de benefícios de aposentadoria	20	-	(494)
12p80(d)	Impacto de alteração de alíquota sobre o imposto de renda diferido	19	(10)	-
1p96(b), IFRS7p23(c)	<i>Hedge</i> de fluxos de caixa	22	64	(3)
1p96(b)	<i>Hedge</i> de investimento líquido	22	(45)	40
1p96(b)	Diferenças de conversão de moedas	22	2.244	(156)
IFRS3p59	Aumento nos valores justos da participação proporcional do Grupo RQ Calçados (nota 38)	22	850	-
1p96(b)	Lucro líquido reconhecido diretamente no patrimônio		3.453	194
1p96(a)	Lucro líquido do exercício		32.315	16.368
1p96(c)	Total do resultado reconhecido do exercício		35.768	16.562
	Atribuídos aos:			
1p96(c)	• Acionistas da Companhia		32.968	15.746
1p96(c)	• Acionistas minoritários		2.800	816
			35.768	16.562

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa
Em milhares de reais

		Exercício findo em 31 de dezembro		
		Nota	2008	2007
7p10, 18(b), 1p36				
1p104				
	Fluxos de caixa das atividades operacionais			
	Caixa gerado nas operações	34	56.234	41.776
7p31	Juros pagos		(7.835)	(14.773)
	Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		34.082	16.477
7p21, 7p10	Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
7p39	Aquisição de subsidiária, líquida do caixa adquirido	37	(3.950)	-
7p16(a)	Compras de imobilizado	15	(9.755)	(6.042)
7p16(b)	Resultado de venda de imobilizado	34	6.354	2.979
7p16(a)	Aquisições de ativos intangíveis	14	(3.050)	(700)
7p16(c)	Aquisições de ativos financeiros disponíveis para venda	9	(2.781)	(1.126)
7p16(e)	Empréstimos concedidos a coligadas	38	(1.000)	(50)
7p16(f)	Reembolso de empréstimo recebido de coligadas	38	14	64
7p31	Juros recebidos		1.254	1.193
7p31	Dividendos recebidos		1.180	1.120
	Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(11.734)	(2.562)
7p21, 7p10	Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
7p17(a)	Resultado da emissão de ações ordinárias	21	950	1.070
7p17(b)	Compra de ações em tesouraria	23	(2.564)	-
7p17(c)	Resultado da emissão de títulos conversíveis	17	50.000	-
7p17(c)	Resultado da emissão de ações preferenciais resgatáveis	17	-	30.000
7p17(c)	Resultados de empréstimos		8.500	18.000
7p17(d)	Reembolso de empréstimos		(78.117)	(34.674)
7p31	Dividendos pagos aos acionistas da Companhia		(10.102)	(15.736)
7p31	Dividendos pagos aos detentores de ações preferenciais resgatáveis		(1.950)	(1.950)
7p31	Dividendos pagos aos acionistas minoritários		(1.920)	(550)
	Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(35.203)	(3.840)
	Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(12.855)	10.075
	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	27.598	17.587
	Ganhos (perdas) cambiais sobre caixa e contas garantidas		535	(64)
	Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	6	15.278	27.598

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

- 1p126(b), (c)
1p46(a)(b) A Companhia IFRS (a “Companhia”) e suas controladas (conjuntamente, “o Grupo”) confeccionam, distribuem e vendem calçados por meio de uma rede de varejistas independentes. O Grupo tem fábricas em Caçador (SC), Ipatinga (MG) e Franca (SP), realizando suas vendas, principalmente, no mercado nacional e, também, aos Estados Unidos, Reino Unido, China e Rússia. Durante o exercício, o Grupo adquiriu controle do “Grupo RQ Calçados”, um varejista de produtos de couro e calçados que atua no sul do País, além de exportar para a Europa.
- 1p126(a) A Companhia é uma sociedade anônima com sede em Caçador, Estado de Santa Catarina, e foi originalmente registrada na bolsa de valores PriceMoney.
- 10p17 A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 28 de março de 2009.

2. Resumo das principais políticas contábeis

- 1p103(a)
1p108(b)
1p110 As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

- 1p14
1p108(a) As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (*International Financial Reporting Standards* - IFRS). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a reavaliação de terrenos e edificações, ativos financeiros disponíveis para venda, ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o IFRS requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

(a) Interpretações vigentes em 2008:

8p28 IFRIC 14, “IAS 19 - Limite para um ativo de benefício definido, exigências mínimas de financiamento e suas interações”, dá orientação para avaliar o limite do valor do excedente que pode ser reconhecido como um ativo. Também explica como os ativos ou passivos de planos de pensão podem ser afetados por uma exigência mínima de financiamento estatutária ou contratual. Essa interpretação não afeta as demonstrações financeiras do Grupo, uma vez que este apresenta déficit relacionado aos planos de pensão, que não estão sujeitos a nenhuma exigência mínima de financiamento.

8p28 IFRIC 11, o “IFRS 2 - Transações intragrupo e de ações em tesouraria”, fornece orientação para as transações baseadas em ações, envolvendo ações em tesouraria ou intragrupo (por exemplo, opções sobre as ações de uma controladora) e o tratamento contábil para as transações que devem ser contabilizadas como tendo sido liquidadas com instrumentos de patrimônio líquido próprio ou liquidadas em dinheiro, de acordo com os requisitos do IFRS 2. Essa interpretação não afeta as demonstrações financeiras do Grupo.

(b) Normas e alterações adotadas antecipadamente pelo Grupo:

8p28 O IFRS 8, “Segmentos operacionais”, foi adotado antecipadamente pelo Grupo, em 2008. O IFRS 8 substitui o IAS 14, “Relatórios por segmentos”, e alinha os relatórios por segmentos com as exigências da norma americana, SFAS 131 - “Divulgações sobre os segmentos de uma Companhia e informações relacionadas”. A nova norma requer uma “abordagem da administração”, segundo a qual as informações do segmento são apresentadas na mesma base usada para fins de apresentação de relatórios internos. O resultado foi um aumento na quantidade de segmentos divulgados. Além disso, os segmentos são apresentados de modo mais consistente com o relatório interno entregue ao principal tomador de decisões operacionais. Como o ágio é alocado pela administração aos grupos de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) no nível dos segmentos, a mudança nos segmentos divulgados exigiu a realocação do ágio de R\$ 146 e R\$ 4.750 do segmento operacional de “outros países” para os segmentos operacionais recentemente identificados, China e Rússia, respectivamente. A alocação não resultou em nenhuma perda (*impairment*) adicional do ágio. Os dados comparativos para 2007 foram reapresentados.

(c) Interpretações vigentes em 2008, mas não relevantes:

A interpretação das normas publicadas a seguir é obrigatória para os períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2008, ou após essa data, mas não é relevante para as operações do Grupo:

- IFRIC 12, “Acordos de concessão de serviços”, e
- IFRIC 13, “Programas de fidelização de clientes”.

(d) Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo:

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2009, ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

- IAS 23 (Alteração), “Custos de empréstimos”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração requer que uma entidade capitalize os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou à produção de um ativo qualificável (bem que leva um período de tempo significativo para ficar pronto para o uso ou para venda) como parte do custo desse ativo. A opção de lançar esses custos de empréstimos imediatamente como despesa será excluída. O Grupo aplicará o IAS 23 (Alteração), retrospectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2009. Atualmente, este IAS não se aplica ao Grupo, uma vez que não há ativos qualificáveis.
- IAS 1 (Revisado), “Apresentação das demonstrações financeiras”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A norma revisada proibirá a apresentação de itens de receitas e despesas na demonstração das mutações do patrimônio líquido (ou seja, “variações dos não-controladores no patrimônio”), requerendo que as variações dos não controladores no patrimônio sejam apresentadas separadamente das variações dos controladores no patrimônio. Todas as variações de não controladores no patrimônio terão que ser apresentadas em uma demonstração de desempenho, sendo que as entidades podem escolher se apresentam uma demonstração de desempenho com uma demonstração de resultado abrangente ou duas demonstrações de resultado (esta segunda demonstração de resultado deve conter outras aberturas e subtotais, quando tal apresentação for relevante para uma compreensão do desempenho financeiro da entidade). Quando as entidades reapresentarem ou reclassificarem as informações comparativas, elas terão que reapresentar um balanço patrimonial para o início do período comparativo, além da exigência atual de apresentar balanços patrimoniais no final do período corrente e do período comparativo. O Grupo aplicará o IAS 1 (Revisado) a partir de 1º de janeiro de 2009. É provável que essas demonstrações de resultado sejam apresentadas com as demonstrações de desempenho.
- IFRS 2 (Alteração), “Pagamento com base em ações”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. Essa revisão propõe alterações com a finalidade de restringir a definição de “condições para obtenção do benefício” (*vesting conditions*) àquelas baseadas na passagem do tempo ou na performance. Também requer que cancelamentos, mesmo que não sejam aqueles feitos pela entidade patrocinadora, tenham o mesmo tratamento contábil como se tivessem sido realizados pela entidade. A referida revisão esclarece que as condições para obter benefícios são, exclusivamente, os serviços prestados e o desempenho. Essas características deveriam ser incluídas ao valor justo na data em que se encerrar o acordo de pagamento com base em ações aos empregados e a outros que prestam serviços semelhantes, ou seja, essas características não afetariam os benefícios que devem ser obtidos ou sua avaliação subsequente à data de concessão. Todos os cancelamentos, seja pela entidade ou por outras partes, devem receber o mesmo tratamento contábil. O Grupo aplicará o IFRS 2 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009, mas não se espera que ele tenha um impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.

- IAS 32 (Alteração), “Instrumentos financeiros: apresentação”, e IAS 1 (Alteração), “Apresentação das demonstrações financeiras” - “Obrigações e instrumentos financeiros com opção de venda gerados na liquidação”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. As normas alteradas requerem que as entidades classifiquem os instrumentos colocáveis e os instrumentos financeiros com opção de venda e os instrumentos, ou componentes de instrumentos, que impõem à entidade uma obrigação de entregar para outra parte uma proporção dos ativos líquidos da entidade somente na liquidação, como capital, com a condição de que os instrumentos financeiros tenham características específicas e atendam a algumas condições específicas. O Grupo aplicará o IAS 32 e o IAS 1 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009 e não há expectativa de impacto relevante nas demonstrações financeiras do Grupo.
- IFRS 1 (Alteração), “Adoção do IFRS pela primeira vez”, e IAS 27, “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A norma alterada permite que os novos adotantes usem um custo presumido do valor justo ou do valor contábil, segundo a prática contábil anterior, para mensurar o custo inicial dos investimentos em controladas, entidades controladas em conjunto e coligadas nas demonstrações financeiras individuais. A alteração também remove a definição do método de custo do IAS 27 e a substitui com a exigência de apresentar os dividendos como lucro nas demonstrações financeiras individuais do investidor. O Grupo aplicará o IFRS 1 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009, à medida que todas as controladas do Grupo façam a transição para o IFRS. A alteração não afetará as demonstrações financeiras do Grupo.
- IAS 27 (Revisado), “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais”, em vigor a partir de 1º de julho de 2009. A norma revisada requer que os efeitos de todas as operações com participações dos não-controladores sejam registrados no patrimônio líquido se não houver mudança no controle e também se essas operações não mais resultarem em ágio ou ganhos e perdas. A norma também especifica a contabilização quando o controle é perdido. Qualquer participação remanescente no capital é remensurada pelo valor justo, e o ganho ou a perda é reconhecido no resultado. Futuramente, o Grupo aplicará o IAS 27 (Revisado) para operações com participações dos não-controladores a partir de 1º de janeiro de 2010.
- IFRS 3 (Revisado), “Combinações de negócios”, em vigor a partir de 1º de julho de 2009. A norma revisada continua a aplicar o método de aquisição de combinações de negócios com algumas mudanças significativas. Por exemplo, todos os pagamentos pela compra de um negócio devem ser registrados pelo valor justo na data de aquisição, sendo os pagamentos contingentes classificados como dívida, subseqüentemente, remensurada ao valor justo através do resultado. Existe a escolha do método de aquisição por aquisição de mensurar a participação não controladora na Companhia adquirida pelo valor justo ou pela parte proporcional da participação não controladora nos ativos líquidos da Companhia adquirida. Todos os custos relacionados com a aquisição devem ser debitados. O Grupo aplicará o IFRS 3 (Revisado) a todas as combinações de negócios a partir de 1º de janeiro de 2010.
- IFRS 5 (Alteração), “Ativos não-circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas”, com a conseqüente alteração do IFRS 1, “Adoção pela primeira vez”, em vigor a partir de 1º de julho de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008, e esclarece que todos os ativos e passivos de uma controlada são classificados como mantidos para venda se um plano de alienação parcial resultar em perda do controle. Caso seja pertinente a definição de operação descontinuada, deve ser feita divulgação relevante para essa controlada. Uma conseqüente alteração do IFRS 1 declara que essas modificações são aplicadas a partir da data de transição para o IFRS. O Grupo aplicará o IFRS 5 (Alteração) a todas as alienações parciais de controladas a partir de 1º de janeiro de 2010.

- IAS 23 (Alteração), “Custos de empréstimos”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. A definição de custos de empréstimos foi alterada, de modo que a despesa financeira é calculada pelo método da taxa de juros efetiva, definido no IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”. Isso elimina a inconsistência dos termos entre o IAS 39 e o IAS 23. Futuramente, o Grupo aplicará o IAS 23 (Alteração) à capitalização dos custos de empréstimos de ativos qualificáveis a partir de 1º de janeiro de 2009.
- IAS 28 (Alteração), “Investimentos em coligadas”, e conseqüentes alterações do IAS 32 “Instrumentos financeiros: apresentação” e do IFRS 7 “Instrumentos financeiros: divulgações”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Um investimento em uma coligada é tratado como um único ativo para fins de testes de *impairment*, e qualquer perda por *impairment* não é alocada a ativos específicos incluídos no investimento, como por exemplo, o ágio. As reversões do *impairment* são registradas como um ajuste do saldo do investimento na medida em que o valor recuperável da coligada aumenta. O Grupo aplicará o IAS 28 (Alteração) aos testes de *impairment* relacionados com os investimentos em controladas e quaisquer perdas por *impairment* relacionadas, a partir de 1º de janeiro de 2009.
- IAS 36 (Alteração), “*Impairment* de ativos”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Quando o valor justo menos os custos de venda for calculado com base no fluxo de caixa descontado, devem ser feitas divulgações equivalentes àquelas do cálculo do valor em uso. O Grupo aplicará o IAS 28 (Alteração) e fará a divulgação necessária, quando aplicável, dos testes de *impairment* a partir de 1º de janeiro de 2009.
- IAS 38 (Alteração), “Ativos intangíveis”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Um pagamento antecipado somente pode ser reconhecido caso ele tenha sido efetuado antes da obtenção do direito de acesso a bens ou do recebimento de serviços. Isso significa que será reconhecida uma despesa de pedido de catálogo de calçados pelos Correios quando o Grupo tiver acesso aos catálogos, e não quando os catálogos forem distribuídos aos clientes, conforme a atual política contábil do Grupo. O Grupo aplicará o IAS 38 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009 com expectativa de baixar os pagamentos antecipados de R\$ 500 em contrapartida aos lucros acumulados.
- IAS 19 (Alteração), “Benefícios a empregados”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008.
 - A alteração esclarece que uma alteração de plano que resulte em uma mudança, à medida que tais promessas de benefícios sejam afetadas por aumentos salariais futuros, é uma restrição, ao passo que uma alteração que muda os benefícios atribuíveis a serviços passados dá origem a um custo negativo de serviços passados se ela resultar em uma redução no valor presente da obrigação do benefício definido.
 - A definição de retorno sobre os ativos do plano foi alterada para indicar que os custos de administração do plano são deduzidos no cálculo do retorno sobre os ativos do plano, somente na proporção em que esses custos tenham sido excluídos da mensuração da obrigação de benefício definido.
 - A distinção entre benefícios a empregados de longo e curto prazos se baseia no fato de que os benefícios devem ser liquidados em até 12 meses, ou após esse período, depois da prestação de serviço pelo empregado.
 - O IAS 37 - “Provisões, passivos e ativos contingentes” requer que os passivos contingentes sejam divulgados, e não reconhecidos. O IAS 19 foi alterado para ser consistente. O Grupo aplicará o IAS 19 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009.

- IAS 39 (Alteração), “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008.
 - A alteração esclarece que é possível existir inclusões ou exclusões da categoria mensuradas ao valor justo através do resultado, quando um derivativo começa ou deixa de se qualificar como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa ou *hedge* de investimento líquido.
 - A definição de ativo ou passivo financeiro mensurado ao valor justo através do resultado, no que diz respeito aos itens mantidos para negociação, também fica alterada. Isso define que um ativo ou passivo financeiro, que é parte de uma carteira de instrumentos financeiros administrados, juntamente com a evidência de um padrão recente real de realização de lucros de curto prazo, está incluído nessa carteira no reconhecimento inicial.
 - A orientação atual para designar e documentar as operações de *hedge* estabelece que um instrumento de *hedge* precisa envolver uma parte externa na entidade que apresenta o relatório e cita um segmento como exemplo de entidade que apresenta o relatório. Isso significa que, em vez da contabilização de *hedge* ser aplicada no nível de segmento, as exigências de contabilização de *hedge* devem ser atualmente atendidas pelo segmento aplicável. A alteração remove essa exigência, de modo que o IAS 39 fica consistente com o IFRS 8 - “Segmentos operacionais”, que requer que a divulgação para os segmentos seja preparada com base nas informações apresentadas ao principal tomador de decisões operacionais. Atualmente, para fins de apresentação de relatórios dos segmentos, cada controlada designa e documenta (incluindo o teste de eficácia) contratos com a tesouraria do Grupo como *hedge* de valor justo ou de fluxo de caixa. Dessa forma, as operações de *hedge* ficam refletidas no segmento ao qual os itens protegidos por *hedge* se relacionam, sendo consistente com as informações vistas pelo principal tomador de decisões operacionais. Ver nota 3.1 em que constam maiores detalhes. Depois que a alteração entrar em vigor, o *hedge* continuará a ser refletido no segmento ao qual os itens protegidos por *hedge* se relacionam (e nas informações fornecidas pelo principal tomador de decisões operacionais). O Grupo não documentará nem testará formalmente essa relação de *hedge*.
 - Ao remensurar o valor contábil de um instrumento de dívida na interrupção da contabilização de *hedge* ao valor justo, a alteração esclarece que é utilizada uma taxa de juros efetiva revisada (calculada na data em que cessa a contabilização de *hedge* ao valor justo).
- O Grupo aplicará o IAS 39 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009. Não há expectativa de que essa alteração no IAS 39 afete a demonstração do resultado do Grupo.
- IAS 1 (Alteração), “Apresentação das demonstrações financeiras”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. A alteração esclarece que alguns, não todos, ativos e passivos financeiros classificados como mantidos para negociação, de acordo com o IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, são exemplos de ativos e passivos circulantes, respectivamente. O Grupo aplicará o IAS 39 (Alteração) a partir de 1º de janeiro de 2009. Não há expectativa de que esse IAS afete as demonstrações do resultado do Grupo.
- Há uma série de alterações secundárias do IFRS 7 - “Instrumentos financeiros: divulgações”, do IAS 8 - “Políticas contábeis, mudanças em estimativas contábeis e erros”, do IAS 10 - “Eventos após o período de apresentação de relatórios”, do IAS 18 - “Receita” e do IAS 34 - “Apresentação de relatórios financeiros intermediários”, que são parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008 (não tratadas acima). Essas alterações não devem afetar as contas do Grupo e não foram, portanto, analisadas em detalhes.

- IFRIC 16, “Hedge de investimento líquido em operações no exterior”, em vigor a partir de 1º de outubro de 2008. O IFRIC 16 esclarece o tratamento contábil com relação a uma operação de *hedge* de investimento líquido e define: (i) os riscos de moeda estrangeira que qualificam um risco de *hedge* de investimento líquido em operações estrangeiras, (ii) quando esses instrumentos podem ser classificados como *hedge accounting* e (iii) como uma entidade deve determinar os valores a serem classificados. A maior mudança nas práticas é a eliminação da possibilidade da classificação de *hedge accounting* para *hedge* de moeda estrangeira quando a moeda corrente de apresentação da investida é outra moeda que não a de consolidação das demonstrações financeiras. As exigências do IAS 21 - “Efeitos das variações nas taxas de câmbio” aplicam-se aos itens protegidos por *hedge*. O Grupo aplicará o IFRIC 16 a partir de 1º de janeiro de 2009. Não há expectativa de que o IFRIC 16 tenha um impacto relevante nas demonstrações do resultado do Grupo.

DV

(e) Interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não são relevantes para as operações do Grupo:

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis do Grupo iniciados em 1º de janeiro de 2009, ou após essa data, ou para períodos subseqüentes. Entretanto, não são relevantes para as operações do Grupo:

- IFRIC 13, “Programas de fidelização de clientes”, em vigor a partir de 1º de julho de 2008. O IFRIC 13 esclarece que, quando bens ou serviços são vendidos juntamente com um incentivo à fidelização do cliente (por exemplo, pontos por fidelidade ou produtos gratuitos), o acordo é composto de vários elementos, e a contraprestação a receber do cliente é alocada entre os componentes do acordo, usando valores justos. O IFRIC 13 não é relevante para as operações do Grupo, já que nenhuma de suas empresas opera com qualquer programa de fidelização.
- IAS 16 (Alteração), “Imobilizado”, com conseqüente alteração do IAS 7 - “Demonstração dos fluxos de caixa”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. As entidades cujas atividades normais incluem locação e, subseqüentemente, venda de ativos apresentam resultados da venda desses ativos como receita e devem transferir o valor contábil do ativo para os estoques quando o mesmo se tornar mantido para venda. Uma conseqüente alteração do IAS 7 menciona que os fluxos de caixa decorrentes de compra, locação e venda desses ativos são classificados como fluxos de caixa de atividades operacionais. A alteração não afetará as operações do Grupo porque nenhuma das atividades normais das empresas do Grupo compreende locação e, subseqüentemente, venda de ativos.
- IAS 27 (Alteração), “Demonstrações financeiras consolidadas e individuais”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Quando um investimento em uma controlada, contabilizado segundo o IAS 39 - “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, for classificado como mantido para venda, segundo o IFRS 5 - “Ativos não-circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas”, o IAS 39 continuará a ser aplicado. A alteração não afetará as operações do Grupo, já que é política do Grupo que um investimento em uma controlada seja registrado pelo seu valor de custo nas contas individuais de cada entidade.

- IAS 28 (Alteração), “Investimentos em coligadas”, com conseqüentes alterações no IAS 32 - “Instrumentos financeiros: apresentação” e no IFRS 7 - “Instrumentos financeiros: divulgações”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Quando um investimento em uma coligada é contabilizado de acordo com o IAS 39 - “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, somente algumas, não todas, as exigências de divulgação do IAS 28 precisam ser seguidas, além das divulgações exigidas pelo IAS 32 - “Instrumentos financeiros: apresentação” e pelo IFRS 7 - “Instrumentos financeiros: divulgações”. A alteração não afetará as operações do Grupo porque é política do Grupo que um investimento em uma coligada seja contabilizado pelo método de equivalência patrimonial nas contas consolidadas do Grupo.
- IAS 29 (Alteração), “Relatórios financeiros em economias hiperinflacionárias”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. A orientação foi alterada para refletir o fato de que uma série de ativos e passivos é mensurada pelo valor justo, e não pelo custo histórico. A alteração não afetará as operações do Grupo, uma vez que nenhuma das controladas ou coligadas do Grupo atua em economias hiperinflacionárias.
- IAS 31 (Alteração), “Participações em empreendimentos conjuntos (*joint ventures*)”, com conseqüentes alterações no IAS 32 e no IFRS 7, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Quando um investimento em um empreendimento conjunto (*joint venture*) é contabilizado de acordo com o IAS 39, somente algumas, não todas, as exigências de divulgação do IAS 31 precisam ser seguidas, além das divulgações exigidas pelo IAS 32 - “Instrumentos financeiros: apresentação” e pelo IFRS 7 - “Instrumentos financeiros: divulgações”. Essa alteração não afetará as operações do Grupo, uma vez que não há participações em empreendimentos conjuntos (*joint ventures*).
- IAS 38 (Alteração), “Ativos intangíveis”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. A alteração exclui o texto que declara que “raramente há, se houver” suporte ao uso de um método que resulta em uma taxa menor de amortização que a do método linear. Atualmente, a alteração não afeta as operações do Grupo, uma vez que todos os ativos intangíveis são amortizados utilizando o método linear.
- IAS 40 (Alteração), “Bens de investimento”, com conseqüente alteração do IAS 16, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. O bem que estiver em andamento ou desenvolvimento para uso futuro como bem de investimento se enquadra no alcance do IAS 40. Quando o modelo do valor justo é aplicado, esse bem é, portanto, mensurado pelo valor justo. Contudo, quando o valor justo dos bens de investimento em andamento não puder ser mensurado com segurança, o bem é mensurado pelo seu valor de custo até a data em que a construção for concluída ou até a data em que o valor justo puder ser mensurado com segurança, ou seja, a data que vier primeiro. A alteração não afetará as operações do Grupo, uma vez que não há bens de investimento mantidos pelo Grupo.
- IAS 41 (Alteração), “Agricultura”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A alteração é parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008. Ela requer o uso de uma taxa de desconto com base no mercado quando os cálculos do valor justo forem baseados nos fluxos de caixa descontados e a remoção da proibição da consideração da transformação biológica for baseada no cálculo do valor justo. A alteração não afetará as operações do Grupo, uma vez que não há nenhuma atividade agrícola.

- IAS 20 (Alteração), “Contabilização de concessões do Governo e divulgação de assistência governamental”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. O benefício de um empréstimo do Governo a uma taxa abaixo da taxa de mercado é mensurado como a diferença entre o valor contábil, de acordo com o IAS 39 - “Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração”, e os resultados recebidos com o benefício contabilizado de acordo com o IAS 20. A alteração não afetará as operações do Grupo, uma vez que não foram recebidos empréstimos nem outras concessões do Governo.
- As alterações secundárias do IAS 20 - “Contabilização de concessões do governo e divulgação da assistência governamental”, do IAS 29 - “Relatórios financeiros em economias hiperinflacionárias”, do IAS 40 - “Bens de investimento” e do IAS 41 - “Agricultura”, que são parte do projeto de melhorias anuais do IASB, publicado em maio de 2008 (não tratadas acima). Essas alterações não afetarão as operações do Grupo, conforme descrito acima.
- IFRIC 15 - “Acordos para a construção de imóveis”, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2009. A interpretação esclarece que o IAS 18 - “Receita” ou o IAS 11 - “Contratos de construção” deve ser aplicado a certas operações. É provável que o IAS 18 acabe sendo aplicado em uma variedade maior de operações. O IFRIC 15 não é relevante para as operações do Grupo, uma vez que todas as operações de receita são contabilizadas segundo o IAS 18, e não segundo o IAS 11.

1p110

2.2 Consolidação

27p12

(a) Controladas

27p14
27p30

Controladas são todas as entidades (inclusive entidades de propósito específico) cujas políticas financeiras e operacionais podem ser conduzidas pelo Grupo e nas quais há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se o Grupo controla outra entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo e deixam de ser consolidadas a partir da data em que o controle cessa.

IFRS3p14
IFRS3p24
IFRS3p28
IFRS3p36, 37
IFRS3p51
IFRS3p56

O método de contabilização de compra é usado para contabilizar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de uma aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos em ações de capital emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à aquisição. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição que ultrapassar o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado (nota 2.11).

27p24
27p28

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados. As políticas contábeis das controladas foram ajustadas para assegurar consistência com as políticas contábeis adotadas pelo Grupo.

(b) Operações e participações minoritárias

O Grupo aplica a política de tratar as operações com participações minoritárias como operações com partes externas ao Grupo. As baixas com participações minoritárias resultam em ganhos e perdas para o Grupo e são registradas na demonstração do resultado. As compras de participações minoritárias resultam em ágio, que é a diferença entre qualquer contraprestação paga e a participação relevante adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada².

1p110

(c) Coligadas

28p13
28p11

Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto, com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento do Grupo em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por *impairment* acumulada. Ver nota 2.13 sobre *impairment* de ativos não-financeiros, incluindo ágio.

28p29
28p30

A participação do Grupo nos lucros ou prejuízos de suas coligadas pós-aquisição é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas pós-aquisição é reconhecida nas reservas. As movimentações cumulativas pós-aquisição são ajustadas contra o valor contábil do investimento. Quando a participação do Grupo nas perdas de uma coligada for igual ou superior a sua participação na coligada, incluindo quaisquer outros recebíveis, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada.

28p22
28p26

Os ganhos não realizados das operações entre o Grupo e suas coligadas são eliminados na proporção da participação do Grupo nas coligadas. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas foram alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado³.

1p110

2.3 Apresentação de relatórios por segmentos

IFRS8p5(b)

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas do Grupo.

1p110

2.4 Conversão em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

1p110
21p17
21p9, 18
1p46(d)

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas na "moeda R\$", que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

² Essas demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com base no "Modelo da Controladora".

³ A Companhia pode, alternativamente, adotar uma política contábil para reconhecer ganhos ou perdas de diluição no patrimônio.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como “outros ganhos/(perdas), líquidos”.

- 39AG83 As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.
- 21p30 As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não-monetários como por exemplo, investimento em ações, classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não-monetários, como por exemplo, investimentos em ações, classificadas como disponíveis para venda, estão incluídas na reserva disponível para venda no patrimônio.
- 1p110 **(c) Empresas do Grupo**
- 21p39 Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:
- 21p39(a) a) os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- 21p39(b)
21p39 b) as receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações, e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); e
- 1p76(b) c) todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido.
- 1p76(b)
21p39(c)
1p76(b)
39p102 Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.
- Os ajustes no ágio e no valor justo decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.
- 1p110
IFRS7p21 **2.5 Caixa e equivalentes de caixa**
- 7p45 Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos, e contas garantidas. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “empréstimos”, no passivo circulante.

1p110

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

IFRS7p21
39p9

O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

39p9
41p57, 59

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

39p9
1p57, 59

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não-derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa” (notas 2.8 e 2.5).

(c) Ativos financeiros disponíveis para venda

39p9
1p57, 59
IFRS7
AppxB5(b)

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não-derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não-circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

39p38
IFRS7
AppxBp5(c)
39p43

39p16

39p46

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não mensurados ao valor justo através do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

39p55(a)
IFRS7
AppxBp5(e)

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquidos” no período em que ocorrem. Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado é reconhecida na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber os dividendos.

39p55(b)
IFRS7
AppxBp5(e)
39 AG83
1p76(b)

As variações no valor justo de títulos monetários, denominados em moeda estrangeira e classificados como disponíveis para venda, são divididas entre as diferenças de conversão resultantes das variações no custo amortizado do título e outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não-monetários são reconhecidas no patrimônio. As variações no valor justo de títulos monetários e não-monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como “ganhos e perdas de títulos de investimento”.

39, p67

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, tais como ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber pagamentos.

IFRS7p27(a)
39AG72, 73

39AG74

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não registrados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

39p58
39p67
39p68
IFRS7
AppxBp5(f)

39p69

O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um Grupo de ativos financeiros está *impaired*. No caso de títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda significativa ou prolongada do valor justo do título para abaixo de seu valor de custo é considerado um indicador de que os títulos estão *impaired*. Se houver alguma dessas evidências para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* desse ativo financeiro previamente reconhecido no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. As perdas por *impairment* reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas através da demonstração do resultado. O teste para verificação de *impairment* das contas a receber de clientes está descrito na nota 2.8.

1p110

2.7 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

IFRS7p21,
IFRS7p22

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subseqüentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge*. Em caso afirmativo, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. O Grupo designa certos derivativos como:

- a) *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou um compromisso firme (*hedge* de valor justo);
- b) *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou
- c) *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior (*hedge* de investimento líquido).

39p88

O Grupo documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de *hedge* e os itens protegidos por *hedge*, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de *hedge*. O Grupo também documenta sua avaliação, tanto no início do *hedge* como de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de *hedge* são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por *hedge*.

IFRS7p23, 24

O valor justo de vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* está divulgado na nota 8. As movimentações na reserva de *hedge* no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 22. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não-circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante, quando o vencimento remanescente do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses. Os derivativos de negociação são classificados como ativo ou passivo circulante.

39p89

(a) *Hedge* de valor justo

As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco *hedgeado*. O Grupo só aplica a contabilização de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros de proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhecido na demonstração do resultado como “despesas financeiras”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como “outros ganhos (perdas), líquidos”. As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como “despesas financeiras”.

39p92

Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa de juros efetiva é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento.

39p95

(b) Hedge de fluxo de caixa

1p76(b)

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como “outros ganhos (perdas), líquidos”.

39p99, 100

39p98(b)

Os valores acumulados no patrimônio são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por *hedge*). O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis é reconhecido na demonstração do resultado como “despesas financeiras”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquidos”. Entretanto, quando a operação protegida por *hedge* prevista resultar no reconhecimento de um ativo não-financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio são transferidos do patrimônio e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos fixos.

39p101

Quando um instrumento de *hedge* prescreve ou é vendido, ou quando um *hedge* não atende mais aos critérios de contabilização de *hedge*, todo ganho ou toda perda cumulativa existente no patrimônio naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa que havia sido apresentado no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquido”.

39p102(a)(b)

(c) Hedge de investimento líquido

As operações de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior são contabilizados de modo semelhante às de *hedge* de fluxo de caixa.

1p76(b)

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido em capital. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquidos”.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcialmente alienada ou vendida.

39p55(a)

(d) Derivativos mensurados ao valor justo através do resultado

Certos instrumentos derivativos não se qualificam para a contabilização de *hedge*. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado em “outros ganhos (perdas), líquidos”.

Slide 1p110
IFRS7p21

2.8 Contas a receber de clientes

39p43
39p46(a)
39p59
IFRS7 Appx
Bp5(f)
IFRS7 Appx
Bp5(d)

As contas a receber de clientes, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para *impairment*. Uma provisão para *impairment* das contas a receber de clientes é constituída quando existe uma evidência objetiva de que o Grupo não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar com pedido de falência ou concordata e falta de pagamento ou inadimplência (devido há mais de 30 dias) são considerados indicadores de que as contas a receber estão *impaired*. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente de fluxos de caixa futuros estimados, descontados pela taxa de juros efetiva original aplicável ao contas a receber. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma conta de provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado como “despesas de vendas e marketing”. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, esta é baixada contra a provisão para contas a receber. As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra “despesas de vendas e marketing”, na demonstração do resultado.

1p110

2.9 Estoques

2p36(a), 9
2p10, 25
23p6, 7
2p28, 30
39p98(b)

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques “primeiro a entrar, primeiro a sair” (PEPS). O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos as despesas comerciais variáveis aplicáveis. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados das compras de matérias-primas⁴.

1p110

2.10 Ativos não-circulantes mantidos para venda

IFRS5p6, 15

Os ativos não-circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, quando se tratar de uma venda e quando a efetivação dessa venda for praticamente certa. Estes são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda, se o valor contábil puder ser recuperado, principalmente, através de uma operação de venda, e não através de seu uso contínuo.

1p110

2.11 Ativos intangíveis

1p110

(a) Ágio

IFRS3p51
38p118(a)
IFRS3p54
36p124

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como “ativo intangível”. Se a adquirente apurar deságio, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

⁴ A administração pode escolher manter esses ganhos no patrimônio até que o ativo adquirido afete o resultado. Neste momento, a administração deve reclassificar os ganhos para o resultado.

36p80 O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, devidamente segregada, de acordo com o segmento operacional.

1p110 **(b) Marcas registradas e licenças**

38p74
38p97
38p118(a)(b) As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição, uma vez que têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

38p4
38p118
(a)(b) As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de três a cinco anos.

(c) Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

1p110 **(d) Softwares**

38p57 Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso;
- a administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo;
- o *software* pode ser vendido ou usado;
- o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

38p66 Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

38p68,71 Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

38p97 Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.
38p118(a)(b)

1p110 **2.12 Imobilizado**

16p73(a) Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. Os terrenos e as edificações estão demonstrados pelo seu valor justo com base em avaliações periódicas, no mínimo a cada três anos, realizadas por avaliadores independentes externos, menos a depreciação subsequente, no caso das edificações. Qualquer depreciação acumulada na data da reavaliação é eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, e o valor líquido é reapresentado pelo valor reavaliado do ativo. Todos os outros itens do imobilizado são apresentados pelo custo histórico menos depreciação. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira .
16p35(b)
16p15
16p17

16p12 Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.
39p98(b)

16p39, 1p76(b) O aumento no valor contábil decorrente da reavaliação de terrenos e edificações é creditado em outras reservas no patrimônio líquido. As reduções que compensam aumentos anteriores do mesmo ativo são debitadas contra outras reservas diretamente no patrimônio. Todas as outras reduções são debitadas em contrapartida ao resultado do exercício. A cada exercício, a diferença entre a depreciação com base no valor contábil reavaliado do ativo, que é debitada à demonstração do resultado, e a depreciação com base no custo original do ativo é transferida de “outras reservas” para “lucros acumulados”.
1p76(b)
16p40
16p41

16p73(b), 50 Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos ou seus valores reavaliados aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:
16p73(c)

- Edificações _____ 25 - 40 anos
- Máquinas _____ 10 - 15 anos
- Veículos _____ 3 - 5 anos
- Móveis, utensílios e equipamentos _____ 3 - 8 anos

16p51 Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

⁵ A administração pode escolher manter esses ganhos (perdas) no patrimônio até que o ativo adquirido afete o resultado por depreciação. Nesse momento, a administração deve reclassificar os ganhos (perdas) para o resultado.

- 36p59 O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (nota 2.13).
- 16p68, 71 Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outros ganhos/(perdas), líquidos” na demonstração do resultado.
- 16p41, 1p76(b) Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos em outras reservas são transferidos para os lucros acumulados.
- 1p110 **2.13 Impairment de ativos não-financeiros**
- 36p9 Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Os ativos não-financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.
- 36p10
- 1p110 **2.14 Contas a pagar aos fornecedores**
- IFRS7p21 As contas a pagar aos fornecedores são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subseqüentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.
- 39p43, 39p47
- Slide 1p110 **2.15 Empréstimos**
- IFRS7p21
- 39p43 Os empréstimos são reconhecidos, de início, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos. Os empréstimos são, subseqüentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.
- 39p47
- As taxas pagas no estabelecimento do empréstimo são reconhecidas como custos da transação do empréstimo uma vez que seja provável que uma parte ou todo o empréstimo seja sacado. Nesse caso, a taxa é diferida até que o saque ocorra. Quando não houver evidências da probabilidade de saque de parte ou da totalidade do empréstimo, a taxa é capitalizada como um pagamento antecipado de serviços de liquidez e amortizada durante o período do empréstimo ao qual se relaciona.
- 32p18(a) As ações preferenciais que são obrigatoriamente resgatáveis em uma data específica são classificadas como passivo. Os dividendos sobre essas ações preferenciais são reconhecidos na demonstração do resultado como despesa financeira.
- 32p33

IFRS7p27(a) 32p18, 28 32AG31	O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso da taxa de juros de mercado para um título de dívida não-conversível. Esse valor é registrado como passivo com base no custo amortizado, até que seja extinto na conversão ou no vencimento dos títulos de dívida. O restante dos resultados é alocado à opção de conversão. Este é reconhecido e incluído no patrimônio líquido, líquido dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social.
1p60	Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
1p110	2.16 Provisões
37p14 37p72 37p63	As provisões para restauração ambiental, custos de reestruturação e ações judiciais são reconhecidas quando: o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada (<i>constructive obligation</i>) como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor foi estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de arrendamento e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.
37p24	Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Companhia liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.
37p45	As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.
1p110	2.17 Imposto de renda corrente e diferido
12p58 12p61	As despesas fiscais do período compreendem o imposto de renda corrente e diferido. O imposto é reconhecido na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio.
12p12 12p46	O encargo de imposto de renda corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as controladas e coligadas da Companhia atuam e geram lucro real. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas em declarações de impostos com relação a situações nas quais a regulamentação fiscal aplicável está sujeita a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

- 12p24
12p15
12p47
- O imposto de renda diferido é reconhecido, usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras consolidadas. Entretanto, o imposto de renda diferido não é contabilizado se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o patrimônio ou o resultado contábil, nem o lucro real ou o prejuízo fiscal. O imposto de renda diferido é determinado, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto de renda diferido ativo for realizado ou quando o imposto de renda diferido passivo for liquidado.
- 12p24, 34
- O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.
- 12p39, 44
- O imposto de renda diferido é reconhecido sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas e coligadas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não seja revertida em um futuro previsível.
- p110
- 2.18 Benefícios a empregados**
- 1p110
- (a) Obrigações de aposentadoria**
- 19p27
19p25
19p7
19p120A(b)
- As empresas do Grupo operam vários planos de pensão. Geralmente, os planos são financiados por pagamentos a seguradoras ou fundos fiduciários determinados por cálculos atuariais periódicos. O Grupo tem planos tanto de benefício definido como de contribuição definida. Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual o Grupo faz contribuições fixas a uma entidade separada. O Grupo não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.
- 19p79, 19p80,
19p64
- O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de custos de serviços passados não reconhecidos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.
- 19p93-93D
19p120A(a)
- Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados ao patrimônio, na demonstração consolidada das receitas e despesas reconhecidas, no período em que incorrerem.

- 19p96 Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.
- 19p44 Com relação aos planos de contribuição definida, o Grupo faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.
- 1p110 **(b) Outras obrigações pós-emprego**
- 19p120A(a)
19p120A(b) Algumas empresas do Grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço. Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e na mudança das premissas atuariais são debitados ou creditados ao patrimônio na demonstração das receitas e despesas reconhecidas, no período em que ocorrem. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.
- 1p110 **(c) Remuneração com base em ações**
- IFRS2p15(b)
IFRS2p19 O Grupo opera uma série de planos de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser debitado é determinado mediante a referência ao valor justo das opções outorgadas, excluindo o impacto de quaisquer condições de aquisição de direitos com base no serviço e no desempenho que não são do mercado (por exemplo, rentabilidade, metas de aumento de vendas e permanência no emprego por um período de tempo específico). As condições de aquisição de direitos que não são do mercado estão incluídas nas premissas sobre a quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.
- Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

1p110

(d) Benefícios de rescisão

19p133
19p134
19p139

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o emprego é rescindido pelo Grupo antes da data normal de aposentadoria ou sempre que o empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Grupo reconhece os benefícios de rescisão quando está, de forma demonstrável, comprometido com a rescisão dos atuais empregados de acordo com um plano formal detalhado, o qual não pode ser suspenso ou cancelado, ou o fornecimento de benefícios de rescisão como resultado de uma oferta feita para incentivar a demissão voluntária. Os benefícios que vencem em mais de 12 meses após a data do balanço são descontados a seu valor presente.

1p110

(e) Participação nos lucros

19p17

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

1p110
IFRS7p21

2.19 Capital social

32p18(a)

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. As ações preferenciais resgatáveis são classificadas no passivo (nota 2.15).

32p37

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

32p33

Quando qualquer empresa do Grupo compra ações do capital da Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são, subseqüentemente, reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

1p110

2.20 Reconhecimento da receita

18p35(a)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O valor da receita não é considerado como mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas com a venda tenham sido resolvidas. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

18p14

(a) Venda de produtos - atacado

O Grupo fabrica e vende uma variedade de calçados no mercado de atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que uma empresa do Grupo efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que pudesse afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que os produtos tenham sido enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista, o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda e as disposições de aceitação tenham sido acordadas ou o Grupo tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os calçados são, freqüentemente, vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. Os descontos por volume são avaliados com base nas compras anuais previstas. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de 60 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

18p14

(b) Venda de produtos - varejo

O Grupo opera com uma cadeia de pontos de varejo para a comercialização de calçados e outros produtos de couro. As vendas dos produtos são reconhecidas quando uma entidade do Grupo vende um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito.

É política do Grupo vender seus produtos para o cliente do varejo com direito de devolução em até 28 dias. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar essas devoluções na época da comercialização. O Grupo não opera com nenhum programa de fidelização de clientes.

18p20

(c) Vendas de serviços

O Grupo vende serviços de projeto e transporte para outros fabricantes de calçados. Esses serviços são prestados com base no tempo e no material ou, como um contrato de preço fixo, e os termos do contrato, geralmente, variam entre menos de um e três anos.

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços por horas trabalhadas e de entrega de materiais, geralmente relacionada à prestação de serviços de design, é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é, em geral, reconhecida pelas taxas contratadas. Para os contratos por hora trabalhada, a fase de conclusão é mensurada com base nas horas de serviços prestados como um percentual das horas totais orçadas. Para os contratos de entrega de materiais, a fase de conclusão é mensurada com base nas despesas diretas incorridas como um percentual do total de despesas a serem incorridas.

A receita de prestação de serviços de design, relacionada aos contratos firmados por preço fixo, também é reconhecida segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). A receita é, geralmente, reconhecida com base nos serviços realizados até o momento, como um percentual do total dos serviços a serem realizados.

A receita de contratos de prestação de serviços de transporte por preço fixo é, em geral, reconhecida no período em que os serviços são prestados, usando o método linear de reconhecimento de receita conforme o período do contrato.

Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas, custos ou extensão do prazo para conclusão, as estimativas iniciais serão revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e estão refletidas no resultado no período em que a administração tomou conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

18p30(a)

(d) Receita financeira

39p93

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a uma conta a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subseqüentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

18p30(b)

(e) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos relevantes.

18p30(c)

(f) Receita de dividendos

A receita de dividendos é reconhecida quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

1p110

2.21 Arrendamentos

17p33
SIC-15p5

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

1p110

O Grupo arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais o Grupo detém, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

17p20
17p27

Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são debitados à demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamentos financeiros é depreciado durante a vida útil do ativo.

1p110

2.22 Distribuição de dividendos

10p12

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.

3. Gestão de risco financeiro

3.1 Fatores de risco financeiro

IFRS7p31

As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O Grupo usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central do Grupo, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria do Grupo identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais do Grupo. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não-derivativos e investimento de excedentes de caixa.

(a) Risco de Mercado

(i) Risco cambial

IFRS7p33(a)

O Grupo atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos e ao euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

IFRS7p33(b),
22(c)

A administração estabeleceu uma política que exige que as empresas do Grupo administrem seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. As empresas do Grupo, cujas operações estão expostas ao risco cambial, são requeridas a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação da tesouraria do Grupo. Para administrar seu risco cambial decorrente de operações comerciais futuras e de ativos e passivos reconhecidos, as entidades do Grupo usam contratos a termo negociados com a tesouraria do Grupo. O risco cambial ocorre quando operações comerciais futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

- IFRS7p22(c) A política de gestão de risco financeiro do Grupo é a de proteger entre 75% e 100% os fluxos de caixa previstos (principalmente vendas de exportações e aquisição de estoques) de cada uma das principais moedas estrangeiras pelos 12 meses subsequentes. Aproximadamente, 90% (2007: 95%) das vendas projetadas em cada uma das principais moedas se qualificam como transações previstas “altamente prováveis” para fins de contabilização de *hedge*.
- 39p73 Para fins de apresentação de informações por segmento, cada controlada classifica os contratos que mantém com a tesouraria do Grupo como “*hedge* a valor justo” ou “*hedge* de fluxo de caixa”, conforme apropriado. Os contratos externos de câmbio são designados no nível corporativo como “*hedge* de risco cambial sobre ativos, passivos ou transações futuras específicas, pelo valor bruto”.
- IFRS7p33(a)(b)
IFRS7p22(c) O Grupo tem certos investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação em operações no exterior do Grupo é protegida, principalmente, através de empréstimos na mesma moeda desses investimentos.
- IFRS7p40
IFRS7 IG36 Em 31 de dezembro de 2008, se o real tivesse variado em torno de 11% em relação ao dólar, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e contribuição social teria variação de R\$ 362 (2007: R\$ 51), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes em dólares, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, títulos de dívida classificados como disponíveis para venda e ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em dólares. Comparativamente, o lucro está mais sensível à variação da taxa de câmbio da moeda americana em 2008 que em 2007. Esse fato se deve ao maior volume de empréstimos mantidos em dólares. O patrimônio teria variação de R\$ 542 (2007: R\$ 157), decorrente principalmente de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de investimentos em ações, classificados como disponíveis para venda, em dólares. Em 2008, o patrimônio líquido está mais sensível que no ano anterior à variação da taxa de câmbio da moeda americana em razão do maior volume de investimentos em ações classificados como disponíveis para venda em dólares.
- Em 31 de dezembro de 2008, se o real tivesse variado cerca de 4% em relação ao euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro do exercício após o imposto de renda e a contribuição social e o patrimônio líquido teriam variado, para mais ou para menos, em torno de R\$ 135 (2007: R\$ 172), principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de contas a receber de clientes mantidas em euros, ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado, títulos de dívida classificados como disponíveis para venda e ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em euros.
- (ii) Risco de volatilidade no preço das ações
- IFRS7p33(a)(b) O Grupo está exposto ao risco de mudanças no preço das ações em razão dos investimentos mantidos pelo Grupo e classificados no balanço patrimonial consolidado como disponíveis para venda ou mensurados ao valor justo através do resultado. O Grupo não está exposto ao risco de mudanças no preço de ações de *commodities*. Para administrar o risco decorrente de investimentos em ações, a carteira é diversificada, de acordo com os limites estabelecidos pelo Grupo.

Os investimentos do Grupo em ações são basicamente em empresas abertas, com ações negociadas na BOVESPA, NASDAQ e Londres.

IFRS7p40
IFRS7 IG36

A tabela abaixo resume o impacto das variações dos preços das ações sobre o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social e sobre o patrimônio líquido. A análise é baseada na premissa de que as ações apresentaram variações de 5%, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes.

Índice	Impacto sobre o lucro depois do IR e CS (em R\$)		Impacto sobre outros componentes do patrimônio (em R\$)	
	2008	2007	2008	2007
IBOVESPA	200	120	290	290
NASDAQ	150	120	200	70
FTSE: UKX	60	30	160	150

O lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social flutuaria em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações mensuradas ao valor justo através de resultado. Outros componentes do patrimônio flutuariam em decorrência de ganhos ou perdas sobre o preço das ações classificadas como disponíveis para venda.

(iii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

IFRS7p33(a) Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais do Grupo são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

IFRS7p33(a)(b),
IFRS7p22(c) O risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem o Grupo ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem o Grupo ao risco de valor justo associado à taxa de juros. A política do Grupo é a de manter aproximadamente 60% de seus empréstimos com pagamento em taxa de juros fixa. Durante 2008 e 2007, os empréstimos do Grupo às taxas variáveis eram mantidos em reais e em euros.

IFRS7p22(b)(c) O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes, financiamento e *hedge* alternativos. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Com base nas simulações realizadas, o impacto sobre o lucro, depois do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, com uma variação em torno de 0,25% corresponderia um aumento máximo de R\$ 41 (2007: R\$ 37) ou a uma redução máxima de R\$ 34 (2007: R\$ 29), respectivamente. A simulação é feita trimestralmente para verificar se o potencial máximo de prejuízo está dentro do limite determinado pela administração.

IFRS7p22(b)(c) Baseado em diversos cenários, o Grupo administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *swap*, são menores que aquelas disponíveis se o Grupo tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *swap* de taxas de juros, o Grupo concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados (principalmente trimestrais), a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (*notional*) acordados entre as partes.

IFRS7p22(b)(c) Eventualmente, o Grupo também efetua operações de *swap* de taxa de juros fixa para taxa variável, a fim de proteger o risco de taxa de juros ao valor justo, decorrente de empréstimos tomados a taxas fixas, superiores à meta de 60%.

IFRS7p40
IFRS7IG36 Em 31 de dezembro de 2008, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 22 (2007: R\$ 21), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável. Outros componentes do patrimônio teriam variação de R\$ 5 (2007: R\$ 3), principalmente, em decorrência de uma variação no valor justo dos ativos financeiros de taxa fixa, classificados como disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2008, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em euros naquela data variassem cerca de 0,5%, considerando que todas as demais variáveis se mantivessem constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social teria variação de R\$ 57 (2007: R\$ 38), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas/mais baixas nos empréstimos de taxa variável. Outros componentes do patrimônio seriam R\$ 6 (2007: R\$ 4) mais altos/mais baixos, principalmente, em decorrência de uma redução/aumento no valor justo dos ativos financeiros de taxa fixa classificados como disponíveis para venda.

(b) Risco de crédito

IFRS7p33(a)(b)
IFRS7p34(a) O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com *rating* mínimo "A". Caso clientes do atacado sejam classificados por agência independente, são usadas essas classificações. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado. A nota 10 traz divulgação adicional sobre risco de crédito.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes.

(c) Risco de liquidez

IFRS7p33, 39(b) A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da natureza dinâmica dos negócios do Grupo, a tesouraria mantém flexibilidade na captação mediante a manutenção de linhas de crédito compromissadas.

IFRS7p34(a) A administração monitora o nível de liquidez do Grupo, considerando o fluxo de caixa esperado, que compreende linha de crédito não utilizada (nota 17), caixa e equivalentes de caixa (nota 6). Geralmente, isso é realizado em nível local nas empresas operacionais do Grupo, de acordo com a prática e os limites estabelecidos pelo Grupo. Esses limites variam por localidade para levar em consideração a liquidez do mercado em que a entidade atua. Além disso, a política de gestão de liquidez do Grupo envolve a projeção de fluxos de caixa nas principais moedas e a consideração do nível de ativos líquidos necessários para alcançar essas projeções, o monitoramento dos índices de liquidez do balanço patrimonial em relação às exigências reguladoras internas e externas e a manutenção de planos de financiamento de dívida.

IFRS7p39(a) A tabela abaixo analisa os passivos financeiros do Grupo e os passivos financeiros derivativos liquidados pelo valor líquido, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados¹. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2008	Menos de 1 ano ²	Entre 1 e 2 anos ²	Entre 2 e 5 anos ²	Acima de 5 anos ²
Empréstimos	20.496	22.002	67.457	38.050
Obrigações com arrendamento financeiro	2.749	1.573	4.719	2.063
Instrumentos financeiros derivativos	12	10	116	41
Fornecedores e outras obrigações	15.668 ³	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2007	Menos de 1 ano ²	Entre 1 e 2 anos ²	Entre 2 e 5 anos ²	Acima de 5 anos ²
Empréstimos	16.258	11.575	58.679	38.103
Obrigações com arrendamento financeiro	3.203	1.790	5.370	2.891
Instrumentos financeiros derivativos	19	15	81	50
Fornecedores e outras obrigações	11.518 ³	-	-	-

¹ Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, instrumentos financeiros derivativos, fornecedores e outras obrigações. As entidades podem optar por adicionar uma coluna de conciliação e um total final correspondente ao valor do balanço patrimonial, se assim desejarem.

² As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim, baseadas em uma opção da administração.

³ A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações legais e estatutárias, como impostos, dividendos etc.

A tabela a seguir analisa os instrumentos financeiros derivativos do Grupo, que serão liquidados pelo valor bruto, por faixas de vencimento, considerando o período remanescente na data do balanço em relação à data contratual do vencimento. Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais. Os saldos devidos em até 12 meses são iguais aos saldos a transportar, uma vez que o impacto do desconto não é significativo.

Em 31 de dezembro de 2008		Menos de 1 ano ¹	Entre 1 e 2 anos ²	Entre 2 e 5 anos ¹	Acima de 5 anos ¹
IFRS7p39(a) IFRS7AppxB15	Contratos de câmbio a termo - <i>hedges</i> de fluxo de caixa				
	Saída	78.241	-	-	-
DV	Entrada	78.756	-	-	-
IFRS7p39(a) IFRS7AppxB15	Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação ²				
	Saída	14.129	-	-	-
DV	Entrada	14.222	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2007		Menos de 1 ano ³	Entre 1 e 2 anos ¹	Entre 2 e 5 anos ¹	Acima de 5 anos ¹
IFRS7p39(a) IFRS7AppxB15	Contratos a termo de câmbio - <i>hedges</i> de fluxo de caixa				
	Saída	83.077	-	-	-
DV	Entrada	83.366	-	-	-
IFRS7p39(a) IFRS7AppxB15	Contratos a termo de câmbio - mantidos para negociação				
	Saída	6.612	-	-	-
DV	Entrada	6.635			

¹ As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas em uma opção da administração.

² O IFRS 7 requer uma análise dos vencimentos somente para passivos financeiros [IFRS 7 § 39(a)]. Adicionalmente, o IFRS 7, apêndice B, parágrafo 14 (d) especifica que os valores dos derivativos liquidados pelo valor bruto sejam incluídos na análise de vencimentos. Isso significa que a parcela de pagamento de todos os contratos a termo de câmbio liquidados pelo valor bruto deve ser incluída, independentemente de o valor justo do derivativo ser positivo (i.e. posição ativa). Embora a norma determine somente que as saídas de caixa brutas sejam incluídas na análise dos vencimentos, uma divulgação separada das entradas em conjunto com as saídas tornaria as informações mais significativas.

3.2 Gestão de risco de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, o Grupo pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras empresas do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Em 2008, a estratégia do Grupo, que ficou inalterada em relação à de 2007, foi a de manter o índice de alavancagem financeira entre 45% e 50% e uma classificação de crédito BB. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2008 e 2007 podem ser assim sumariados:

	2008	2007
Total dos empréstimos (nota 17)	126.837	114.604
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(17.928)	(34.062)
Dívida líquida	108.909	80.542
Total do patrimônio líquido	131.773	88.946
Total do capital	240.682	169.488
Índice de alavancagem financeira	45%	48%

A redução no índice de alavancagem financeira em 2008 foi decorrente, principalmente, da emissão de ações do capital como parte do preço pago pela aquisição de uma controlada (notas 21 e 37).

3.3 Estimativa do valor justo

IFRS7p27

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. A cotação do preço de mercado usada para ativos financeiros mantidos pelo Grupo corresponde ao preço de compra atual.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa diversos métodos e define premissas que são baseadas nas condições de mercado existentes na data do balanço. Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares são usados para a dívida de longo prazo. Outras técnicas, como fluxos de caixa descontados estimados, são usadas para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros remanescentes. O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. O valor justo de contratos de câmbio a termo é determinado com base em taxas de câmbio a termo, cotadas na data do balanço.

IFRS7p29(a)
IFRS7p27(a)

Pressupõe-se que a provisão de contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros para fins de divulgação é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias.

1p116

4.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

O Grupo faz estimativas e premissas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas abaixo.

(a) Perda (*impairment*) estimada do ágio

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.11. Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas (nota 14).

1p120,
6p134(f)(i)-(iii)

Uma despesa de *impairment* de R\$ 4.650 foi reconhecida em relação à UGC atacadista em Ipatinga (incluída no segmento operacional do Sudeste do País), durante o exercício de 2008, resultando na baixa do valor contábil da UGC para seu valor recuperável. Se a margem bruta orçada usada no cálculo do valor em uso para a UGC atacadista em Ipatinga (incluída em “Outros países”) fosse 10% menor que as estimativas da administração, em 31 de dezembro de 2008 (por exemplo, 46% em vez de 56%), o Grupo teria reconhecido uma perda (*impairment*) adicional do ágio de R\$ 100 e precisaria reduzir o valor contábil do imobilizado em R\$ 300.

Se a taxa de desconto estimada antes do imposto aplicada aos fluxos de caixa descontados para a UGC atacadista em Ipatinga fosse 1% maior que as estimativas da administração (por exemplo, 13,8% em vez de 12,8%), o Grupo teria reconhecido uma perda (*impairment*) adicional do ágio de R\$ 300.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo está sujeito ao imposto de renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos serão devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

Se o resultado final real (nas áreas analisadas) apresentasse uma diferença de 10% das estimativas da administração, o Grupo precisaria:

- aumentar o passivo de imposto de renda em R\$ 120 e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 230, no caso de uma diferença desfavorável; ou
- reduzir o passivo de imposto de renda em R\$ 110 e o passivo de imposto de renda diferido em R\$ 215, no caso de uma diferença favorável.

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

IFRS7p27(a)

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de mercado de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. O Grupo utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos.

O valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda seria R\$ 12 menor ou R\$ 15 maior, caso a taxa de desconto utilizada na análise do fluxo de caixa descontado apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração.

(d) Reconhecimento de receita

O Grupo usa o método de porcentagem de conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de prestação de serviços de design acordados a preço fixo. O uso do método POC requer que o Grupo estime os serviços realizados até a data-base do balanço como uma proporção dos serviços totais contratados. Se a proporção dos serviços realizados em relação ao total dos serviços contratados apresentar uma diferença acima de 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício aumentaria em R\$ 175; caso a diferença fosse inferior a 10% em relação às estimativas da administração, a receita reconhecida no exercício sofreria queda de R\$ 160.

(e) Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

O Grupo determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota 20.

Se a taxa de desconto usada apresentasse uma diferença de 10% em relação às estimativas da administração, o valor contábil das obrigações de planos de pensão seria de R\$ 425 a menor ou R\$ 450 a maior.

4.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade**(a) Reconhecimento de receita**

Em 2008, o Grupo reconheceu uma receita no valor de R\$ 950 referente às vendas de produtos para a US GAAP S.A., em Caçador. A compradora tem o direito de devolver os produtos caso seus clientes não fiquem satisfeitos. O Grupo acredita que, com base em experiência anterior com vendas similares, o índice de insatisfação não ultrapassará 3%. O Grupo reconheceu, portanto, uma receita sobre essa operação e correspondente provisão contra receita para as devoluções estimadas. Se a estimativa oscilar em torno de 1%, a receita será reduzida ou acrescida em R\$ 10.

(b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros disponíveis para venda

O Grupo segue as orientações do IAS 39 para determinar quando um ativo financeiro disponível para venda está *impaired*. Essa determinação requer um julgamento significativo. Para esse julgamento, o Grupo avalia, entre outros fatores, a duração e a proporção na qual o valor justo de um investimento é menor que seu custo, a saúde financeira e perspectivas do negócio de curto prazo para a investida, incluindo fatores como: desempenho do setor e do segmento, mudanças na tecnologia e fluxo de caixa operacional e financeiro.

Caso todas as reduções ao valor justo abaixo do custo fossem consideradas significativas ou prolongadas, o Grupo sofreria um prejuízo adicional de R\$ 1.300 em suas demonstrações financeiras de 2008, sendo os ajustes de valor justo acumulados, reconhecidos no patrimônio líquido, correspondentes às perdas com esses ativos, em contrapartida do resultado.

5. Informações por segmento de negócios

- IFRS8p22(a) A administração definiu os segmentos operacionais do Grupo, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.
- IFRS8p22(a) O Comitê efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva geográfica, e também, sob a ótica de produto comercializado. Geograficamente, a administração considera o desempenho do setor atacadista no Brasil (regiões Sul e Sudeste), Estados Unidos, China, Rússia e Reino Unido. O mercado do Brasil e dos Estados Unidos são ainda segregados entre varejo e atacado, uma vez que todos os negócios do varejo estão localizados nessas duas áreas geográficas.
- IFRS 8p22(a) Embora o segmento da China não atenda aos limites quantitativos exigidos pelo IFRS 8, a administração concluiu que esse segmento deve ser apresentado, uma vez que ele é monitorado de perto pela Diretoria-Executiva como uma região com potencial de crescimento e que deve contribuir de forma significativa para a receita do Grupo, futuramente.
- IFRS8p22(b) A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, principalmente, da fabricação e comercialização de calçados no atacado, com exceção do Brasil e dos Estados Unidos que, adicionalmente, apresentam suas vendas segregadas entre vendas de calçados e produtos de couro no varejo.
- IFRS8p16 Nos mercados do Reino Unido e do Brasil são prestados serviços de design de calçados e de transporte de produtos para outros fabricantes de calçados. Esses serviços não estão incluídos nos segmentos operacionais reportados, uma vez que não fazem parte dos relatórios fornecidos à Diretoria-Executiva. A receita do setor atacadista de calçados das cidades do litoral de São Paulo também não está incluída, uma vez que essa informação não é revisada pela Diretoria-Executiva. Os resultados dessas operações estão incluídos na coluna “Outros segmentos”.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria-Executiva e correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, são as seguintes:

		Brasil	
		Atacado	Varejo
	Receita total do segmento	46.638	43.257
IFRS8p23(b)	Receita entre segmentos	(11.403)	-
IFRS8p23, p33(a)	Receita de clientes externos	35.235	43.257
IFRS8p23	EBITDA ajustado	17.298	9.550
IFRS 8p23(e)	Depreciação e amortização	(3.226)	(3.830)
IFRS 8 p23(i) IAS 36p 129(a)	<i>Impairment</i> do ágio	-	-
IFRS 8 p23(i)	Custos de reestruturação	-	-
IFRS 8p23(h)	Despesa de imposto de renda e contribuição social	(2.550)	(2.840)
IFRS8p23(g)	Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	200	
IFRS8p23	Total do ativo	45.201	24.495
	O total do ativo inclui:		
IFRS 8p24(a)	Investimentos em coligadas	7.207	-
IFRS 8p24(b)	Adições ao ativo não-circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)		35.543
IFRS 8p23	Total do passivo ¹	3.207	6.700

¹ A mensuração do passivo foi divulgada para cada segmento reportado, como normalmente é fornecida ao principal tomador de decisões operacionais.

Estados Unidos		Rússia	China	Reino Unido	Outros segmentos	Total
Atacado	Varejo					
28.820	42.672	26.273	5.818	40.273	13.155	246.906
(7.364)	-	(5.255)	(1.164)	(8.055)	(2.631)	(35.872)
21.456	42.672	21.018	4.654	32.218	10.524	211.034
9.146	9.686	12.322	2.323	16.003	3.504	79.832
(1.894)	(3.789)	(2.454)	(386)	(2.706)	(269)	(18.554)
-	-	(4.650)	-	-	-	(4.650)
-	-	(1.986)	-	-	-	(1.986)
(1.395)	(3.100)	(1.591)	(365)	(2.551)	(400)	(14.792)
-	-	-	-	(389)	15	(174)
41.195	13.988	15.067	24.899	33.571	61.285	259.701
-	-	-	-	-	6.166	13.373
-	39.817	-	11.380	-	1.500	88.204
5.900	3.500	700	1.200	1.500	2.140	24.847

Em 31 de dezembro de 2007, as informações por segmentos de negócios são as seguintes:

		Brasil	
		Atacado	Varejo
	Receita total do segmento	57.284	1.682
IFRS8p23(b)	Receita entre segmentos	(11.457)	-
IFRS8p23(a), 33(a)	Receita de clientes externos	45.827	1.682
IFRS 8p23	EBITDA ajustado	17.183	800
IFRS8p23(e)	Depreciação e amortização	(3.801)	(201)
IFRS 8.23(h)	Despesa de impostos sobre a renda	(2.772)	(650)
IFRS8p23(g)	Participação nos lucros (prejuízos) de coligadas	155	-
IFRS8p23	Total do ativo	43.320	9.580
	O total do ativo inclui:		
IFRS8p24(a)	Investimentos em coligadas	7.050	-
IFRS8p24(b)	Adições ao ativo não-circulante (exceto instrumentos financeiros e impostos diferidos ativos)	-	47
IFRS 8p23	Total do passivo ¹	4.221	55

¹ A mensuração do passivo foi divulgada para cada segmento reportado como normalmente é fornecida ao principal tomador de decisões operacionais.

Em 2007, o varejo não se qualificou como um segmento operacional que pode apresentar relatórios. Entretanto, com a aquisição em 2008 do Grupo RQ Calçados (nota 37), o varejo se qualificou como um segmento operacional a ser reportado e, portanto, nesse aspecto, os dados comparativos estão adequadamente apresentados.

Estados Unidos		Rússia	China	Reino Unido	Outros segmentos	Total
Atacado	Varejo					
33.990	2.390	8.778	3.209	26.223	5.724	139.280
(6.798)	-	(1.756)	(642)	(5.245)	(1.022)	(26.920)
27.192	2.390	7.022	2.567	20.978	4.702	112.360
10.369	1.298	3.471	1.506	10.755	1.682	47.064
(2.448)	(199)	(453)	(286)	(2.701)	(138)	(10.227)
(1.407)	(489)	(509)	(150)	(2.201)	(687)	(8.865)
-	-	-	-	-	(10)	145
32.967	8.550	5.067	20.899	36.450	49.270	206.103
-	-	-	-	-	6.194	13.244
-	46	-	2.971	-	3.678	6.742
6.054	-	250	800	2.537	3.464	17.381

- IFRS 8p23(i) Ver nota 14 para detalhes do *impairment* do ágio de R\$ 4.650 no segmento operacional do Sudeste do País em 2008, referente à decisão de reduzir a produção. Não houve impacto adicional sobre a mensuração dos ativos e passivos da Companhia. Não houve despesa com perda (*impairment*) ou custos com reestruturação em 2007.
- IFRS 8p27(a) As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. A receita de partes externas informadas à Diretoria-Executiva foi mensurada de maneira condizente com aquela apresentada na demonstração do resultado.
- IFRS8p27(b).28 A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base em uma mensuração do EBITDA ajustado. Essa base de mensuração exclui os efeitos de gastos não recorrentes de segmentos operacionais como custos de reestruturação, despesas legais e *impairment* de ágio quando a perda é resultado de um evento isolado e não recorrente. A mensuração também exclui os efeitos de pagamentos com base em ações e liquidados com ações, ganhos ou perdas não realizados sobre instrumentos financeiros. A receita e a despesa financeira não são alocadas aos segmentos, uma vez que esse tipo de atividade é conduzido pela Tesouraria Central, que administra o caixa do Grupo. Considerando que a Diretoria-Executiva revisa o EBITDA ajustado, os resultados das operações descontinuadas não são incluídos na mensuração deste.
- IFRS 8p28(b) Apresenta-se a seguir, a conciliação do EBITDA ajustado pelo lucro antes do imposto de renda e contribuição social e das operações descontinuadas.

	2008	2007
EBITDA ajustado para os segmentos reportados	76.328	45.382
EBITDA de outros segmentos	3.504	1.682
Depreciação	(17.754)	(9.662)
Amortização	(800)	(565)
Custos com reestruturação	(1.986)	-
Despesas legais	(737)	(855)
<i>Impairment</i> do ágio	(4.650)	-
Ganhos não realizados sobre instrumentos financeiros	102	101
Opções de compra de ações concedidas a conselheiros e empregados	(690)	(820)
Despesas financeiras, líquidas	(6.443)	(10.588)
Outros	(48)	243
Lucro antes do imposto e das operações descontinuadas	46.826	24.918

Os valores fornecidos à Diretoria-Executiva com relação ao total do ativo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos são alocados com base nas operações do segmento e no local físico do ativo.

Os investimentos em ações (classificados como ativos financeiros disponíveis para venda ou ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado) mantidos pelo Grupo não são considerados ativos do segmento por serem administrados pela Tesouraria Central.

IFRS8p27(c)

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	2008	2007
Ativos dos segmentos reportados	198.416	156.833
Ativos de outros segmentos	61.285	49.270
<u>Não alocados:</u>		
Imposto diferido	3.520	3.321
Ativos financeiros disponíveis para venda	19.370	14.910
Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	11.820	7.972
Derivativos	1.464	1.196
Ativos do Grupo de alienação classificados como mantidos para revenda	3.333	-
Ativo total, conforme balanço patrimonial	299.208	233.502

Os valores fornecidos à Diretoria-Executiva com relação ao total do passivo são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses passivos são alocados com base nas operações do segmento.

Os passivos que incluem apropriação de juros não são considerados passivos do segmento por serem administrados pela Tesouraria Central.

IFRS8p27(d) Os passivos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do passivo, conforme segue:

	2008	2007
Passivos dos segmentos reportados	22.707	13.917
Passivos de outros segmentos	2.140	3.464
<u>Não alocados:</u>		
Imposto diferido	12.370	9.053
Imposto corrente	2.566	2.771
Empréstimos circulantes	11.716	18.258
Empréstimos não-circulantes	115.121	96.346
Derivativos	595	747
Passivos do Grupo de alienação classificados como mantidos para revenda	220	-
Passivo total, conforme balanço patrimonial	167.435	144.556

IFRS8p27(f) Como as operações do Brasil, em geral, utilizam a capacidade excedente de certos ativos da Rússia, uma parcela da depreciação, correspondente a R\$ 197 (2007: R\$ 50), relacionada aos ativos da Rússia, foi alocada ao mercado do Brasil.

IFRS8p32 As receitas de clientes brasileiros, em geral, e americanos são originadas da comercialização de calçados no atacado e no varejo. As receitas provenientes do mercado atacadista de calçados referem-se apenas à marca própria do Grupo, Conforto & Beleza. As vendas no varejo compreendem não apenas a marca própria do Grupo como também outras marcas de calçados importantes no mercado varejista.

Análise de receita por categoria	2008	2007
Receita de vendas	202.884	104.495
Receita de serviços	8.000	7.800
Receita de royalties	150	65

IFRS8p33(a) A entidade tem sede em Caçador (SC) e a principal fábrica situa-se em Franca (SP). A receita de vendas ao exterior, faturada em Caçador e em Franca, é de R\$ 50.697 (2007: R\$ 48.951). A receita total de vendas do Grupo a clientes no exterior é de R\$ 160.337 (2007: R\$ 63.409). A composição do principal componente do total da receita de clientes externos de outros países está apresentada acima.

IFRS8p33(b) O total do ativo não-circulante, exceto instrumentos financeiros e imposto diferido ativo, já que não há ativos de benefícios a empregados e direitos decorrentes de contratos de seguros, localizados em Caçador, é de R\$ 49.696 (2007: R\$ 39.567). O total desses ativos não-circulantes localizados em outros países é de R\$ 146.762 (2007: R\$ 93.299).

IFRS8p34 As receitas no valor aproximado de R\$ 32.023 (2007: R\$ 28.034) são originadas de um único cliente externo. Essas receitas são atribuíveis aos segmentos varejista e atacadista dos Estados Unidos.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	2008	2007
Recursos em banco e em caixa	8.398	28.648
Depósitos bancários de curto prazo	9.530	5.414
	17.928	34.062

7p45 Para fins da demonstração do fluxo de caixa, o caixa, os equivalentes de caixa e as contas garantidas incluem:

	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa	17.928	34.062
7p8 Contas garantidas (nota 17)	(2.650)	(6.464)
	15.278	27.598

7. Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado

	2008	2007
IFRS7p8(a), 27(b) 31, 34(c) Títulos negociados no mercado - mantidos para negociação		
• Ações - Brasil	5.850	3.560
• Ações - Estados Unidos	4.250	3.540
• Ações - Reino Unido	1.720	872
	11.820	7.972

7p15

Os ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado estão apresentados em “atividades operacionais” como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa.

As variações dos valores justos de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado estão registradas como “outros ganhos (perdas), líquidos” no resultado (nota 24).

IFRS7p27(b)

O valor justo de todas as ações é baseado nos seus preços atuais de compra, considerando um mercado ativo.

8. Instrumentos financeiros derivativos

		2008		2007	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
IFRS7p22(a)(b)	Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	351	110	220	121
IFRS7p22(a)(b)	Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de valor justo	57	37	49	11
IFRS7p22(a)(b)	Contratos de câmbio a termo - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	695	180	606	317
	Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação	361	268	321	298
	Total	1.464	595	1.196	747
1p57	Menos parcela não-circulante:				
	Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de fluxo de caixa	(345)	(100)	(200)	(120)
	Swaps de taxa de juros - <i>hedge</i> de valor justo	(50)	(35)	(45)	(9)
		(395)	(135)	(245)	(129)
1p57	Parcela circulante	1.069	460	951	618

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de *hedge* é classificado como ativo ou passivo não-circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por *hedge* for inferior a 12 meses.

IFRS7p24 A parcela ineficaz reconhecida no lucro ou no prejuízo decorrente de operações de *hedge* de valor justo totaliza um prejuízo de R\$ 1 (2007: prejuízo de R\$ 1), vide nota 24. A parcela ineficaz reconhecida no lucro ou prejuízo decorrente de operações de *hedge* de fluxo de caixa totaliza um ganho de R\$ 17 (2007: ganho de R\$ 14), vide nota 24. Não houve nenhuma ineficácia para ser registrada decorrente de operações de *hedge* de investimento líquido em entidade no exterior.

(a) Contratos de câmbio a termo

IFRS7p31 Os valores de referência (*notional*) dos contratos de câmbio a termo, em aberto em 31 de dezembro de 2008, totalizam R\$ 92.370 (2007: R\$ 89.689).

IFRS7p23(a)
39p100, 1p76(b) As transações previstas altamente prováveis, protegidas por *hedge*, mantidas em moeda estrangeira devem ocorrer em diversas datas durante os próximos 12 meses. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de *hedge* no patrimônio líquido (nota 22) referentes a contratos de câmbio a termo, em 31 de dezembro de 2008, são reconhecidos na demonstração do resultado no período ou nos períodos em que a transação prevista protegida por *hedge* afetar o resultado. Isso ocorre, geralmente, no período de 12 meses da data do balanço, a menos que o ganho ou a perda estejam incluídos no valor inicial reconhecido para a aquisição de ativos fixos e, nesse caso, o reconhecimento é feito durante a vida útil do ativo (5 a 10 anos).

(b) Swap de taxas de juros

IFRS7p31 Os valores de referência (*notional*) dos contratos de *swap* de taxas de juros, em aberto em 31 de dezembro de 2008, correspondem a R\$ 4.314 (2007: R\$ 3.839).

IFRS7p23(a) Em 31 de dezembro de 2008, as taxas de juros fixas variaram entre 6,9% e 7,4% (2007: 6,7% a 7,2%), e as principais taxas variáveis são EURIBOR e LIBOR. Ganhos e perdas reconhecidos como reserva de *hedge* no patrimônio líquido (nota 22), referentes a contratos de *swap* de taxas de juros, em 31 de dezembro de 2008, serão continuamente liberados para o resultado até a amortização dos empréstimos bancários (nota 17).

(c) Hedge de investimento líquido em entidade no exterior

IFRS7p22,
1p76(b) Uma porcentagem dos empréstimos do Grupo mantidos em dólares americanos no montante de R\$ 321 (2007: R\$ 321) refere-se ao *hedge* do investimento líquido na controlada do Grupo nos Estados Unidos. O valor justo do empréstimo, em 31 de dezembro de 2008, era de R\$ 370 (2007: R\$ 279). A perda cambial de R\$ 45 (2007: ganho de R\$ 40) sobre a conversão do empréstimo para a moeda corrente na data do balanço está reconhecida em outras reservas no patrimônio líquido (nota 22).

IFRS7p36(a) A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor justo dos ativos derivativos no balanço patrimonial.

9. Ativos financeiros disponíveis para venda

	2008	2007
Em 1º de janeiro	14.910	14.096
Diferenças cambiais	646	(435)
Aquisição de controlada (nota 37)	473	-
Adições	2.781	1.126
1p76(b) Transferência de ganhos (perdas) líquidos para o patrimônio líquido (nota 22)	560	123
Em 31 de dezembro	19.370	14.910
1p57 Menos: parcela não-circulante	(17.420)	(14.910)
1p57 Parcela circulante	1.950	-

IFRS7p20(a)(ii) O Grupo transferiu lucros no montante de R\$ 217 (2007: R\$ 187) e prejuízos no montante de R\$ 87 (2007: R\$ 35) do patrimônio para o resultado. Prejuízos no valor de R\$ 55 (2007: R\$ 20) decorrem de perda (*impairment*).

IFRS7p27(b).31, 34, Os ativos financeiros disponíveis para venda incluem:

	2008	2007
Títulos negociados no mercado:		
• Ações - Brasil	8.335	8.300
• Ações - Estados Unidos	5.850	2.086
• Ações - Reino Unido	4.550	4.260
• Debêntures com juros fixos de 6,5% e data de vencimento em 27 de agosto de 2012	210	-
• Ações preferenciais não cumulativas e 9,0% não resgatáveis	78	-
Títulos não negociados no mercado:		
• Títulos de dívida com juros fixos variando de 6,3% a 6,5%, e datas de vencimento entre julho de 2011 e maio de 2013	347	264
	19.370	14.910

IFRS7p34(c) Os ativos financeiros disponíveis para venda são mantidos nas seguintes moedas:

	2008	2007
Reais	7.897	8.121
Dólares	5.850	2.086
Euros	4.550	4.260
Outras moedas	1.073	443
	19.370	14.910

IFRS7p27(a), (b), 1p76(b) Os valores justos de títulos não negociados no mercado são baseados em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa de juros do mercado e no prêmio de risco específico para esses títulos e valores mobiliários (2008: 6%; 2007: 5,8%).

IFRS7p36(a) A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos de dívida classificados como disponíveis para venda.

IFRS7p36(c) Nenhum desses ativos financeiros está vencido ou *impaired*.

9a. Instrumentos financeiros por categoria

IFRS7p6

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2008					
Ativos, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	19.370	19.370
Instrumentos financeiros derivativos	-	361	1.103	-	1.464
Contas a receber de clientes e demais contas a receber excluindo pagamentos antecipados ¹	20.787	-	-	-	20.787
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	-	11.820	-	-	11.820
Caixa e equivalentes de caixa	22.228	-	-	-	22.228
Total	43.015	12.181	1.103	19.370	75.669

¹ Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2008				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	-	-	117.839	117.839
Obrigações de arrendamento financeiro ²			8.998	8.998
Instrumentos financeiros derivativos	268	327	-	595
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações estatutárias ³	-	-	15.668	15.668
Total	268	327	142.505	143.100

² As categorias nessa divulgação são determinadas pelo IAS 39. A maior parte dos arrendamentos financeiros está fora do alcance do IAS 39, mas permanecem dentro do alcance do IFRS 7. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados separadamente.

³ As obrigações estatutárias estão excluídas do saldo de fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Empréstimos e recebíveis	Ativos mensurados ao valor justo através do resultado	Derivativos usados para hedge	Disponível para venda	Total
31 de dezembro de 2007					
Ativo, conforme o balanço patrimonial					
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	14.910	14.910
Instrumentos financeiros derivativos	-	321	875	-	1.196
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados ¹	18.536	-	-	-	18.536
Ativos financeiros mensurados a valor justo através do resultado	-	7.972	-	-	7.972
Caixa e equivalentes de caixa	36.212	-	-	-	36.212
Total	54.748	8.293	875	14.910	78.826

¹ Os pagamentos antecipados estão excluídos do saldo de contas a receber de clientes e demais contas a receber, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

	Passivos mensurados ao valor justo através do resultado	Derivativos usados para hedge	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2007				
Passivo, conforme o balanço patrimonial				
Empréstimos	-	-	104.006	104.006
Obrigações de arrendamento financeiro ²			10.598	10.598
Instrumentos financeiros derivativos	298	449	-	747
Fornecedores e outras obrigações excluindo obrigações estatutárias ³	-	-	11.518	11.518
Total	298	449	126.122	126.869

² As categorias nessa divulgação são determinadas pelo IAS 39. A maior parte dos arrendamentos financeiros está fora do alcance do IAS 39, mas permanecem dentro do alcance do IFRS 7. Portanto, os arrendamentos financeiros foram apresentados separadamente.

³ As obrigações estatutárias estão excluídas do saldo de contas a pagar a fornecedores, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

9b. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

IFRS7p36(c)

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2008	2007
Contas a receber de clientes		
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard&Price)		
A	5.895	5.757
BB	3.200	3.980
BBB	1.500	1.830
	10.595	11.567

Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	750	555
Grupo 2	4.950	3.668
Grupo 3	1.770	1.312
	7.470	5.535
Total de contas a receber de clientes	18.065	17.102

	2008	2007
Conta-corrente e depósitos bancários de curto prazo¹		
AAA	8.790	15.890
AA	5.300	7.840
A	6.789	11.257
	20.879	34.987

Títulos de dívida disponíveis para venda		
AA	347	264
Ativos financeiros derivativos		
AAA	1.046	826
AA	418	370
	1.464	1.196

Empréstimos para partes relacionadas		
Grupo 2	2.501	1.301
Grupo 3	167	87
	2.668	1.388

- Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de 6 meses).
- Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) sem inadimplência no passado.
- Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de 6 meses) com algumas inadimplências no passado. Todas as inadimplências foram totalmente recuperadas.

Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos com partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

10. Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	2008	2007	
IFRS7p36, 1p74	Contas a receber de clientes	18.174	17.172
	Menos: provisão para <i>impairment</i> de contas a receber de clientes	(109)	(70)
1p75(b)	Contas a receber de clientes, líquidas	18.065	17.102
1p75(b)	Pagamentos antecipados	1.300	1.146
1p75(b), 24p17(b)	Contas a receber de partes relacionadas (nota 38)	54	46
1p75(b), 24p17(b)	Empréstimos para partes relacionadas (nota 38)	2.668	1.388
		22.087	19.682
1p75(b), 1p57	Menos parcela não-circulante: empréstimos para partes relacionadas	(2.322)	(1.352)
1p57	Parcela circulante	19.765	18.330

Todas as contas a receber não-circulantes vencem em cinco anos a contar da data do balanço.

IFRS7p25 Os valores justos das contas a receber de clientes e demais contas a receber apresentam-se como segue:

	2008	2007	
	Contas a receber de clientes	18.065	17.172
	Contas a receber de partes relacionadas (nota 38)	54	46
	Empréstimos para partes relacionadas	2.722	1.398
		20.841	18.616

IFRS7p27(a) Os valores justos dos empréstimos para partes relacionadas baseiam-se em fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa baseada na taxa dos empréstimos correspondente a 7,5% (2007: 7,2%). A taxa de desconto é igual à taxa LIBOR acrescida da classificação de crédito apropriada.

24p17(b)(i) As taxas de juros efetivos para as contas a receber não-circulantes estão apresentadas abaixo:

	2008	2007	
	Empréstimos para partes relacionadas (nota 38)	6,5 - 7,0%	6,5 - 7,0%

IFRS7p14 Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, certas controladas européias do Grupo transferiram saldos de contas a receber de clientes no total de R\$ 1.014 para uma instituição financeira em troca de caixa, e a operação foi contabilizada como um empréstimo garantido (nota 17). No caso de as entidades deixarem de cumprir o contrato de empréstimo nos termos condicionados, a instituição financeira tem o direito de receber os fluxos de caixa das contas a receber transferidas. Não ocorrendo inadimplência, as entidades cobrarão as contas a receber e alocarão novas contas a receber como garantia.

DV Em 31 de dezembro de 2008, as contas a receber de R\$ 17.670 (2007: R\$ 16.595) estavam totalmente adimplentes.

IFRS7p37(a) Em 31 de dezembro de 2008, as contas a receber de clientes no valor de R\$ 277 (2007: R\$ 207) encontram-se vencidas, mas não *impaired*. Essas contas referem-se a uma série de clientes independentes que não têm histórico de inadimplência recente. A análise de vencimentos dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2008	2007
Até 3 meses	177	108
De 3 a 6 meses	100	99
	277	207

IFRS7p37(b) Em 31 de dezembro de 2008, as contas a receber de clientes no total de R\$ 227 (2007: R\$ 142) estavam *impaired* e provisionadas. O valor da provisão era de R\$ 109 em 31 de dezembro de 2008 (2007: R\$ 70). As contas a receber individualmente *impaired* referem-se principalmente a atacadistas, os quais estão em uma situação econômica inesperadamente difícil. Segundo avaliação, uma parcela das contas a receber deve ser recuperada. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	2008	2007
De 3 a 6 meses	177	108
Acima de 6 meses	50	34
	227	142

As contas a receber de clientes e demais contas a receber do Grupo são mantidas nas seguintes moedas:

	2008	2007
Reais	9.846	8.669
Dólares	5.987	6.365
Euros	6.098	4.500
Outras moedas	156	148
	22.087	19.682

IFRS7p16

As movimentações na provisão para *impairment* de contas a receber de clientes do Grupo são as seguintes:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	70	38
IFRS7p20(e) Provisão para <i>impairment</i> de contas a receber	74	61
Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis	(28)	(23)
Valores não usados, estornados	(10)	(8)
Juros ²	3	2
Em 31 de dezembro	109	70

A constituição e a baixa da provisão para contas a receber *impaired* foram registradas no resultado do exercício como “outras despesas” (nota 27), já a despesa com desconto foi registrada como “despesa financeira” (nota 29). Os valores debitados à conta de provisão são geralmente baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

IFRS7p16

As outras classes de contas a receber de clientes e demais não contêm ativos *impaired*.

IFRS7p36(a)

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil de cada classe de contas a receber mencionada acima. O Grupo não mantém nenhuma garantia como título.

11. Estoques

2p36(b),
1p75(c)

	2008	2007
Matérias-primas	7.622	7.612
Produtos em elaboração	1.810	1.796
Produtos acabados ¹	15.268	8.774
	24.700	18.182

2p36(d), 38

O custo dos estoques reconhecidos como despesas e incluídos em “custo das vendas” totalizou R\$ 60.252 (2007: R\$ 29.545).

2p36 (f)(g)
36p126(b)
36p130(a)

O Grupo estornou R\$ 603 de uma baixa de estoques anterior, efetuada em julho de 2007. O Grupo vendeu todos os produtos que foram baixados a um varejista independente na Austrália pelo custo original. O valor estornado foi registrado como “custo das vendas” na demonstração do resultado.

¹ A divulgação separada de produtos acabados pelo valor justo menos o custo das vendas é necessária, quando aplicável.

² Recomposição do valor presente ao valor nominal.

12. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

IFRS5p41
(a)(b)(d)

Os ativos e passivos referentes à Calçados Genuínos Ltda. (parte do segmento atacadista) foram apresentados como mantidos para venda após a aprovação, em 23 de setembro de 2008, da venda da Calçados Genuínos Ltda. por parte da administração e dos acionistas do Grupo. É esperado que até maio de 2009 se conclua a transação de venda.

		2008	2007
IFRS5p33(c)	Fluxos de caixa operacionais ¹	300	190
IFRS5p33(c)	Fluxos de caixa de investimento ¹	(103)	(20)
IFRS5p33(c)	Fluxos de caixa financeiros ¹	(295)	(66)
	Fluxo de caixa total	(98)	104

¹ O IFRS 5 requer a apresentação separada de qualquer receita ou despesa cumulativa reconhecida diretamente no patrimônio relacionada com o ativo não-circulante (ou Grupo de alienação) classificado como mantido para venda. Não há itens reconhecidos diretamente no patrimônio relacionado com o Grupo de alienação classificado como mantido para venda, mas os itens são apresentados para fins de ilustração.

IFRS5p33
(b)

(d) A análise do resultado de operações descontinuadas e o resultado reconhecido na remensuração de ativos do Grupo de alienação estão apresentados a seguir¹:

		2008	2007
	Receitas	1.200	1.150
	Despesas	(960)	(950)
	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social referente às operações descontinuadas	240	200
12p81(h)(ii)	Imposto	(96)	(80)
	Lucro após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social referente às operações descontinuadas	144	120
	Ganho (perda) antes do imposto reconhecido na remensuração de ativos do Grupo de alienação	(73)	-
12p81(h)(ii)	Imposto	29	-
	Ganho (perda) depois do imposto de renda e da contribuição social na remensuração de ativos do Grupo de alienação	(44)	-
	Lucro do exercício de operações descontinuadas	100	120

13. Investimentos em coligadas

	2008	2007
Em 1º de janeiro	13.244	13.008
Aquisição de controlada (nota 37)	389	-
28p38 Participação nos lucros (prejuízos) ¹ de coligadas	(174)	145
Variações cambiais	(74)	105
Outras variações no PL: reserva disponível para venda (nota 22)	(12)	(14)
28p38 Em 31 de dezembro	13.373	13.244

IFRS3p29,
28p23

Em 31 de dezembro de 2008, os investimentos em coligadas incluem ágio no montante de R\$ 1.020 (2007: R\$ 1.020).

28p37(b)

Segue abaixo a participação do Grupo nos resultados das principais coligadas, todas sociedades anônimas de capital fechado, como também no total de seus ativos (incluindo ágio) e passivos²:

Nome	País de constituição	Ativo	Passivo	Receita	Lucro (prejuízo)	% de participação
2007						
Alfa S.A.	Chile	27.345	20.295	35.012	155	25
Beta S.A.	Argentina	9.573	3.379	10.001	(10)	30
		36.918	23.674	45.013	145	
2008						
Alfa S.A.	Chile	32.381	25.174	31.123	200	25
Beta S.A.	Argentina	12.115	5.949	9.001	15	30
Delta S.A.	Reino Unido	15.278	15.278	25.741	(389)	42
		59.774	46.401	65.865	(174)	

28p37(g)

O Grupo não reconheceu perdas no valor de R\$ 20 (2007: zero) para a Delta S.A. As perdas acumuladas não reconhecidas totalizam R\$ 20 (2007: zero).

¹ A participação nos lucros (prejuízos) foi calculada após o imposto de renda e a contribuição social e, após a participação minoritária em coligadas (IG14).

² Um método alternativo de divulgação é apresentar os valores brutos de ativos e passivos (excluindo ágio) de coligadas, e não da participação do Grupo.

14. Ativos intangíveis

	Ágio	Marcas registradas e licenças	Relações contratuais com clientes	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total	
38p118(c)	Em 1º de janeiro de 2007					
IFRS3p75(a)	Custo	12.546	8.301	-	1.455	22.302
IFRS3p75(a)	Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	(330)	-	(510)	(840)
	Saldo contábil, líquido	12.546	7.971	-	945	21.462

38p118(e)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2007					
IFRS3p74	Saldo inicial	12.546	7.971	-	945	21.462
IFRS3p75(f)	Variações cambiais	(546)	(306)	-	(45)	(897)
38p118(e)(i)	Aquisições	-	700	-	-	700
IFRS3p75(a)	Amortização (nota 27)	-	(365)	-	(200)	(565)
	Saldo contábil, líquido	12.000	8.000	-	700	20.700

	Em 31 de dezembro de 2007					
38p118(c)	Custo	12.000	8.710	-	1.400	22.110
IFRS3p75(a)	Amortização e <i>impairment</i> acumulados	-	(710)	-	(700)	(1.410)
	Saldo contábil, líquido	12.000	8.000	-	700	20.700

38p118(e)	Exercício findo em 31 de dezembro de 2008					
IFRS3p74	Saldo inicial	12.000	8.000	-	700	20.700
IFRS3p75(f)	Variações cambiais	341	96	-	134	571
38p118(e)(i)	Aquisições	-	684	-	2.366	3.050
IFRS3p75(b)	Aquisição de controlada (nota 37)	4.501	3.000	1.000	-	7.651
IFRS3p75(e)	<i>Impairment</i> (nota 27)	(4.650)	-	-	-	(4.650)
IFRS3p75(a)	Amortização (nota 27)	-	(402)	(278)	(120)	(800)
IFRS5p38	Transferido para o Grupo de alienação, classificado como mantido para venda	-	(1.000)	-	(100)	(1.100)
	Saldo contábil, líquido	12.192	10.378	722	2.980	26.272

	Ágio	Marcas registradas e licenças	Relações contratuais com clientes	Custos de desenvolvimento de softwares gerados internamente	Total	
38p118(c)	Em 31 de dezembro de 2008					
IFRS3p75(a)	Custo	16.842	11.480	1.000	3.800	33.122
IFRS3p75(a)	Amortização e <i>impairment</i> acumulados	(4.650)	(1.102)	(278)	(820)	(6.850)
	Valor contábil líquido	12.192	10.378	722	2.980	26.272

36p126(a) O valor contábil do segmento foi reduzido ao seu valor recuperável através do reconhecimento de uma perda por *impairment* em contrapartida ao ágio. Essa perda foi registrada como “custo dos produtos vendidos” na demonstração do resultado.

38p118(d) O montante de amortização correspondente a R\$ 40 (2007: R\$ 100) foi registrado como “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 680 (2007: R\$ 365) como “despesas de vendas e marketing” e o montante de R\$ 80 (2007: R\$ 100) como “despesas administrativas”.

DV A marca registrada transferida para o Grupo de alienação classificado como mantido para venda refere-se à marca registrada Calçados Genuínos Ltda. (parte do segmento atacadista), que foi anteriormente reconhecida pelo Grupo na aquisição da entidade em 2005. O valor contábil líquido adicional de R\$ 100, transferido para o Grupo de alienação, refere-se a *softwares* desenvolvidos especificamente para a Calçados Genuínos Ltda. (nota 12).

Testes do ágio para verificação de *impairment*

36p134(d) O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGC), identificadas de acordo com o segmento operacional.

Segue abaixo um resumo da alocação do ágio por nível de segmento operacional:

	2008			2007		
	Atacado	Varejo	Total	Atacado	Varejo	Total
Brasil	6.250	1.051	7.301	5.970	120	6.090
Estados Unidos	325	2.501	2.826	125	30	155
Reino Unido	1.609	-	1.609	705	-	705
Rússia	100	-	100	4.750	-	4.750
China	146	-	146	100	-	100
Outros segmentos	210	-	210	200	-	200
	8.640	2.702	12.192	11.850	150	12.000

Em 2007, o varejo não se qualificou como um segmento operacional a ser reportado. Entretanto, com a aquisição do Grupo RQ Calçados em 2008 (nota 37), o varejo qualificou-se como um segmento operacional separado a ser reportado. Os dados comparativos referentes ao exercício de 2007 estão apresentados adequadamente.

36p130(e)
36p134(c)
36p134(d)(iii)

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período de cinco anos foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas apresentadas a seguir. A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento média de longo prazo do setor de calçados no qual a UGC atua.

36p134(d)(i)

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso são as que seguem:

36p134(a)

	Atacado						Varejo		
	Brasil	Estados Unidos	Reino Unido	Rússia	China	Outros segmentos	Brasil	Estados Unidos	
36p134(d)	Margem bruta ¹	60,0%	59,0%	60,0%	55,5%	57,0%	56,0%	58,0%	56,0%
36p134 (d)(iv)	Taxa de crescimento ²	1,8%	1,8%	1,8%	2,0%	2,0%	1,9%	1,1%	1,3%
36p134 (d)(v) 36p130(g)	Taxa de desconto ³	10,5%	10,0%	10,7%	12,8%	12,0%	12,8%	11,5%	11,0%

¹ Margem bruta orçada.

² Taxa de crescimento média ponderada, usada para extrapolar os fluxos de caixa após o período orçado.

³ Taxa de desconto antes do imposto, aplicada às projeções do fluxo de caixa.

36p134(d)(ii)

Essas premissas foram usadas para a análise de cada UGC dos segmentos operacionais.

36p134(d)(ii)

A administração determinou a margem bruta orçada com base no desempenho passado e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado. As taxas de crescimento médias ponderadas utilizadas são consistentes com as previsões incluídas nos relatórios do setor. As taxas de desconto utilizadas correspondem às taxas antes dos impostos e refletem riscos específicos em relação aos segmentos operacionais relevantes.

36p130(a)

O encargo de *impairment* originou-se em uma UGC atacadista em Ipatinga, depois de uma decisão tomada no início de 2008 para reduzir a produção alocada a essas operações (nota 18). Isso resultou em uma redefinição da alocação dos volumes de produção a todas as UGC para que o Grupo possa se beneficiar de condições de mercado vantajosas. Após essa decisão, o Grupo reavaliou as políticas de depreciação de seu imobilizado na região e estimou que sua vida útil não seria afetada. Nenhuma outra classe de ativos sofreu *impairment*, além do ágio. A taxa de desconto antes do imposto, usada nos exercícios anteriores para a UGC atacadista de Ipatinga, foi de 12,0%.

15. Imobilizado

1p75(a)		Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
16p73(d)	Saldos em 31 de dezembro de 2006				
	Custo ou avaliação	39.664	71.072	20.025	130.761
	Depreciação acumulada	(2.333)	(17.524)	(3.690)	(23.547)
	Saldo contábil, líquido	37.331	53.548	16.335	107.214
16p73(e)	Em 31 de dezembro de 2007				
	Saldo inicial	37.331	53.548	16.335	107.214
16p73(e)(viii)	Diferenças cambiais	(381)	(703)	(423)	(1.507)
16p73(e)(iv)	Excedente de reavaliação (nota 22)	1.133	-	-	1.133
16p73(e)(i)	Aquisições	1.588	2.970	1.484	6.042
16p73(e)(ix)	Alienações (nota 34)	-	(2.607)	(380)	(2.987)
16p73(e)(vii)	Depreciação (nota 27)	(636)	(4.186)	(4.840)	(9.662)
	Saldo contábil, líquido	39.035	49.022	12.176	100.233
16p73(d)	Saldos em 31 de dezembro de 2007				
	Custo ou avaliação	40.232	68.125	20.026	128.383
	Depreciação acumulada	(1.197)	(19.103)	(7.850)	(28.150)
	Saldo contábil, líquido	39.035	49.022	12.176	100.233
	Em 31 de dezembro de 2008				
16p73(e)	Saldo inicial	39.035	49.022	12.176	100.233
16p73(e)(viii)	Diferenças cambiais	1.601	1.280	342	3.223
16p73(e)(iv)	Aquisição de controlada (nota 37)	49.072	5.513	13.199	67.784
67.784	Aquisições	7.126	427	2.202	9.755
16p73(e)(ix)	Alienações (nota 34)	(2.000)	(3.729)	(608)	(6.337)
16p73(e)(vii)	Depreciação (nota 27)	(3.545)	(4.768)	(9.441)	(17.754)
IFRS5p38	Valores transferidos para o grupo de alienação e classificados como mantidos para venda	(341)	(1.222)	-	(1.563)
16p73(d)	Saldo contábil, líquido	90.948	46.523	17.870	155.341

1p75(a)

	Terrenos e edificações	Veículos e máquinas	Móveis, utensílios e equipamentos	Total
Em 31 de dezembro de 2008				
Custo ou avaliação	95.129	58.268	26.927	180.324
Depreciação acumulada	(4.181)	(11.745)	(9.057)	(24.983)
Saldo contábil, líquido	90.948	46.523	17.870	155.341

16p73(d)

DV

O imobilizado transferido para o grupo de alienação e classificado como mantido para venda totaliza R\$ 1.563 e refere-se aos ativos usados pela Calçados Genuínos Ltda. (parte do segmento atacadista, vide nota 12).

16p77(a-d),
1p76(b)

Os terrenos e as edificações do Grupo foram avaliados pela última vez em 1º de janeiro de 2007 por peritos avaliadores independentes, que produziram laudo de avaliação. As avaliações foram feitas com base em transações recentes no mercado entre partes independentes. Em consequência, foi contabilizada reavaliação, a crédito de reserva de reavaliação no patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários (nota 22).

DV1p93

O montante de R\$ 8.054 (2007: R\$ 5.252) referente à despesa de depreciação foi debitado ao resultado na rubrica de “custo dos produtos vendidos”, o montante de R\$ 5.568 (2007: R\$ 2.410) como “custos de vendas e marketing” e o montante de R\$ 4.132 (2007: R\$ 2.000) como “despesas administrativas”.

17p35(c)

As operações de arrendamento nos valores de R\$ 1.172 (2007: R\$ 895) e R\$ 9.432, (2007: R\$ 7.605) referentes a arrendamento de máquinas e bens, respectivamente, estão incluídas na demonstração do resultado (nota 27).

16p77(e)

Se os terrenos e as edificações estivessem demonstrados pelo custo histórico, os valores seriam os abaixo descritos:

	2008	2007
Custo	93.079	37.684
Depreciação acumulada	(6.131)	(2.197)
Saldo contábil, líquido	86.948	35.487

16p74(a)

Os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos e edificações no valor de R\$ 37.680 (2007: R\$ 51.306), vide nota 17.

Veículos e máquinas incluem os seguintes valores nos casos em que o Grupo é arrendatário em uma operação de arrendamento financeiro:

	2008	2007
Custo - arrendamentos financeiros capitalizados	13.996	14.074
Depreciação acumulada	(5.150)	(3.926)
Saldo contábil, líquido	8.846	10.148

17p31(a)

17p35(d)

O Grupo arrenda diversos veículos e máquinas, segundo contratos de arrendamento financeiro não canceláveis. Os prazos dos arrendamentos são de 3 a 15 anos e a propriedade dos ativos é do Grupo.

16. Fornecedores e outras obrigações

	2008	2007
Contas a pagar aos fornecedores	10.983	9.495
Partes relacionadas	2.202	1.195
Encargos previdenciários e outros encargos	2.002	960
Outras contas a pagar	1.483	828
	16.670	12.478

1p74

24p17

17. Empréstimos

	2008	2007
Não-circulante		
Empréstimos bancários	32.193	40.244
Título de dívida conversível	42.822	-
Debêntures e outros empréstimos	3.300	18.092
Ações preferenciais resgatáveis	30.000	30.000
Obrigações de arrendamento financeiro	6.806	8.010
	115.121	96.346
Circulante		
Contas garantidas (nota 6)	2.650	6.464
Empréstimos garantidos (nota 10)	1.014	-
Empréstimos bancários	3.368	4.598
Debêntures e outros empréstimos	2.492	4.608
Obrigações de arrendamento financeiro	2.192	2.588
	11.716	18.258
Total dos empréstimos	126.837	114.604

(a) Empréstimos bancários

IFRS7p31 Os empréstimos bancários têm vencimento até 2014 e cupons médios de 7,5% ao ano (2007: 7,4% ao ano).

IFRS7p14 O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 37.680 (2007: R\$ 51.306). Os empréstimos bancários são garantidos pelos terrenos e pelas edificações do Grupo (nota 15). Os empréstimos garantidos são garantidos pelas contas a receber de clientes (nota 10).

IFRS7p31 A exposição dos empréstimos do Grupo a variações na taxa de juros e as datas de reprecificação contratual nas datas do balanço são como seguem:

	2008	2007
Seis meses ou menos	10.496	16.748
Seis a 12 meses	36.713	29.100
Um a cinco anos	47.722	38.555
Acima de cinco anos	31.906	30.201
	126.837	114.604

IFRS7p25 Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos não-circulantes são os seguintes:

	Valor contábil		Valor justo	
	2008	2007	2008	2007
Empréstimos bancários	32.193	40.244	32.590	39.960
Ações preferenciais resgatáveis	30.000	30.000	28.450	28.850
Debêntures e outros empréstimos	3.300	18.092	3.240	17.730
Título de dívida conversível	42.822	-	42.752	-
Obrigações de arrendamento financeiro	6.806	8.010	6.205	7.990
	115.121	96.346	113.237	94.530

IFRS7p29(a) O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se nos fluxos de caixa descontados, utilizando-se uma taxa embasada na taxa de empréstimo de 7,5% (2007: 7,2%).

IFRS7p25 Os valores contábeis dos empréstimos de curto prazo aproximam-se de seu valor justo.

IFRS7p31, 34(c) Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são mantidos nas seguintes moedas:

	2008	2007
Moeda	80.100	80.200
Euros	28.353	16.142
Dólares americanos	17.998	17.898
Outras moedas	386	364
	126.837	114.604

DV7p50(a) O Grupo possui as seguintes linhas de crédito não sacadas:

	2008	2007
Taxa variável:		
• Com vencimento em até um ano	6.150	4.100
• Com vencimento em mais de um ano	14.000	8.400
Taxa fixa:	386	364
• Com vencimento em até um ano	18.750	12.500
	38.900	25.000

As linhas de crédito que vencem em até um ano são linhas de crédito anuais sujeitas à revisão em várias datas em 2008. As outras linhas de crédito foram acordadas para ajudar a financiar a expansão proposta das atividades do Grupo na Europa.

(b) Título de dívida conversível

IFRS7p17,
1p76(b)

A Companhia emitiu 500.000 títulos de dívida conversíveis de 5,0% com valor nominal de R\$ 50 milhões¹ em 2 de janeiro de 2008. Os títulos de dívida vencem em cinco anos a contar da data de emissão, pelo seu valor nominal de R\$ 50 milhões¹, ou podem ser convertidos em ações conforme a opção do detentor na data de vencimento, na proporção de 33 ações por R\$ 500¹. Os valores do componente do passivo e do componente de conversão de capital são determinados na emissão do título de dívida.

Os títulos de dívida vencem em cinco anos a contar da data de emissão, pelo seu valor nominal de R\$ 50 milhões, ou podem ser convertidos em ações conforme a opção do detentor, na proporção de 33 ações por R\$ 500.

32p28, 32p31,
1p76(b)

O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não-circulantes foi calculado usando-se a taxa de juros de mercado para um título de dívida não-conversível equivalente. O valor residual, representando o valor da opção de conversão de capital, está incluído no patrimônio líquido em outras reservas (nota 22), líquido de impostos de renda e contribuição social.

¹ Esses valores não estão em milhares de reais.

O título de dívida conversível reconhecido no balanço patrimonial é calculado como segue:

	2008	2007
Valor nominal do título de dívida conversível emitido em 2 de janeiro de 2008	50.000	-
12AppxB Ex4 Componente do capital (nota 22)	(7.761)	-
Componente do passivo no reconhecimento inicial em 2 de janeiro de 2008	42.239	-
Despesa financeira (nota 29)	3.083	-
Juros pagos	(2.500)	-
Componente do passivo em 31 de dezembro de 2008	42.822	-

IFRS7p27(a) O valor justo do componente do passivo do título de dívida conversível em 31 de dezembro de 2008 totaliza R\$ 42.617. O valor justo é calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de 7,5%.

(c) Ações preferenciais resgatáveis

32p15, 32p18(a) O Grupo emitiu 30 milhões de ações preferenciais resgatáveis cumulativas com valor nominal de R\$ 1 por ação em 4 de janeiro de 2007. As ações são obrigatoriamente resgatáveis pelo seu valor nominal em 4 de janeiro de 2013 e pagam dividendos anuais de 6,5%.

10p21 Em 1º de fevereiro de 2008, o Grupo emitiu R\$ 6.777 de títulos de dívida em dólares americanos de 6,5% para financiar seu programa de expansão e suas necessidades de capital em dólares. Os títulos são reembolsáveis em 31 de dezembro de 2013.

(d) Obrigações de arrendamento financeiro

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

	2008	2007
17p31(b), IFRS7p39(a), AppxBp14(a)) Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento		
Menos de um ano	2.749	3.203
Mais de um ano e menos de cinco anos	6.292	7.160
Mais de cinco anos	2.063	2.891
	11.104	13.254
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	(2.106)	(2.656)

	2008	2007
Valor presente das obrigações de arrendamento financeiro	8.998	10.598
17p31(b) O valor presente das obrigações de arrendamento financeiro é como segue:		
Menos de um ano	2.192	2.588
Mais de um ano e menos de cinco anos	4.900	5.287
Mais de cinco anos	1.906	2.723
	8.998	10.598

18. Provisões para outras obrigações e encargos

	Restauração ambiental	Reestruturação	Ações judiciais	Participação nos lucros e bônus	Passivo contingente decorrente de uma combinação de negócios	Total	
37p84(a)	Em 1º de janeiro de 2008	842	-	828	1.000	1.000	2.670
	Debitado (creditado) à demonstração do resultado:						
37p84(b)	• Provisões adicionais -ajuste do valor justo da aquisição do Grupo RQ Calçados Group	316	1.986	2.405	500	1.000	6.207
37p84(d)	• Valores não usados estornados	(15)	-	(15)	(10)	-	(40)
37p84(e)	• Decomposição do desconto	40	-	-	-	4	44
37p84(c)	Usado durante o exercício	(233)	(886)		(990)	-	(5.168)
	Diferenças cambiais	(7)	-	(68)	-	-	(75)
IFRS5p38	Transferido para o Grupo de alienação/classificado como mantido para venda	(96)	-	-	-	-	(96)
37p84(a)	Em 31 de dezembro de 2008	847	1.100	91	500	1.004	3.542

Análise do total das provisões:

		2008	2007
1p60	Não-circulante (restauração ambiental)	1,320	274
1p60	Circulante	2,222	2,396
		3,542	2,670

(a) Restauração ambiental

37p85(a)-(c) O Grupo usa diversos produtos químicos no trabalho com o couro. Uma provisão é reconhecida a valor presente dos custos a serem incorridos na restauração dos locais de produção. Espera-se que R\$ 531 sejam usados em 2009 e R\$ 320 em 2010. Os custos totais que devem ser incorridos totalizam R\$ 880 (2007: R\$ 760).

A provisão transferida para o Grupo de alienação classificado como mantido para venda totaliza R\$ 96 e refere-se à provisão para restauração ambiental da Calçados Genuínos Ltda. (parte do segmento atacadista). Ver nota 12 para detalhes adicionais sobre o Grupo de alienação mantido para venda.

(b) Reestruturação

37p85(a)-(c) A redução dos volumes designados para as operações em Ipatinga (uma controlada) resultará na redução de um total de 155 empregos em duas fábricas. Foi feito um acordo com os representantes do sindicato local que especifica a quantidade de empregados envolvidos e o pacote de remuneração por demissão voluntária oferecido pelo Grupo, assim como os valores a pagar àqueles que forem demitidos, antes do final do exercício. Os custos estimados a serem incorridos na reestruturação do quadro de empregados totalizam R\$ 799 em 31 de dezembro de 2008 (nota 28). Outros custos diretos atribuíveis à reestruturação, inclusive o término do arrendamento, montam a R\$ 1.187. Esses custos foram totalmente provisionados em 2008. A provisão de R\$ 1.100 em 31 de dezembro de 2008 deve ser totalmente utilizada no primeiro semestre de 2009.

36p130 Um encargo de *impairment* de ágio de R\$ 4.650 foi reconhecido na unidade geradora de caixa relacionada com a Ipatinga como resultado dessa reestruturação (nota 14).

(c) Ações judiciais

37p85(a)-(c) Os valores representam uma provisão para certas ações judiciais movidas contra o Grupo por clientes do segmento atacadista. O encargo de provisão é reconhecido no resultado em “despesas administrativas”. O saldo em 31 de dezembro de 2008 deve ser totalmente utilizado no primeiro semestre de 2009. Na opinião dos conselheiros, após consultoria jurídica apropriada, o resultado dessas ações judiciais não originará nenhuma perda significativa além dos valores provisionados em 31 de dezembro de 2008.

(d) Participação nos lucros e bônus

19p8(c), 10 DV,
37p859(a)

A provisão para participação nos lucros e bônus é exigível em até três meses, após a finalização das demonstrações financeiras auditadas.

(e) Passivo contingente

Um passivo contingente de R\$ 1.000 foi reconhecido na aquisição do Grupo RQ Calçados para uma ação pendente, na qual a entidade é a ré. A ação resulta da alegação de defeitos em produtos fornecidos para um cliente. Espera-se que uma decisão sobre esse caso seja proferida pelo tribunal pertinente até o final de 2010. O valor potencial não descontado de todos os pagamentos futuros que o Grupo pode ter de efetuar, no caso de uma decisão desfavorável para a ação, é estimado entre R\$ 500 e R\$ 1.500. Em 31 de dezembro de 2008, não houve alteração no valor reconhecido (com exceção da decomposição do desconto de R\$ 4) do passivo de 31 de março de 2008, tampouco houve alteração na probabilidade do resultado da ação.

Os acionistas que venderam o Grupo RQ Calçados concordaram, em contrato, em indenizar a IFRS GAAP Ltda. pela reclamação que pode se tornar exigível com relação à ação anteriormente mencionada. Essa possível compensação não será reconhecida até que seja praticamente certa e será ajustada em contrapartida ao ágio, quando for recebida do fornecedor.

19. Imposto de renda e contribuição social diferidos

12p74

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de compensação são os seguintes:

1p52

	2008	2007
Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
• Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados depois de mais de 12 meses	(2.873)	(3.257)
• Ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados em até 12 meses	(647)	(64)
	(3.520)	(3.321)
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos:		
• Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados depois de mais de 12 meses	10.743	8.016
• Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos a serem recuperados em até 12 meses	1.627	1.037
	12.370	9.053
Passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	8.850	5.732

A movimentação bruta da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	5.732	3.047
Variações cambiais	(1.753)	(154)
Aquisição de controlada (nota 37)	1.953	-
Encargo da demonstração do resultado (nota 30)	379	2.635
Imposto debitado diretamente ao patrimônio (nota 22)	2.539	204
Em 31 de dezembro	8.850	5.732

12p81(g)(i)
12p81(g)(ii)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda diferido durante o exercício, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

	Depreciação acelerada de imposto	Ganhos de valor justo	Título de dívida conversível	Outros	Total	
Passivo de imposto diferido						
	Em 1º de janeiro de 2007	6.058	272	-	284	6.614
12p81(g)(ii)	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	1,786	-	-	799	2.585
12p81(a)	Debitado diretamente ao patrimônio	-	435	-	-	435
	Diferenças cambiais	241	100	-	-	341
12p81(g)(i)	Em 31 de dezembro de 2007	8.085	807	-	1.083	9.975
12p81(g)(ii)	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	425	-	(193)	138	370
12p81(a)	Debitado diretamente ao patrimônio	-	231	2.328	-	2.559
	Aquisição de controlada	553	1.375	-	275	2.203
	Diferenças cambiais	(571)	(263)	-	(123)	(957)
12p81(g)(i)	Em 31 de dezembro de 2008	8.492	2.150	2.135	1.373	14.150

	Obrigação de benefícios de aposentadoria	Provisões	Perdas de impairment	Prejuízos fiscais	Outros	Total	
Ativo de imposto diferido							
	Em 1º de janeiro de 2007	(428)	(962)	(732)	(1.072)	(373)	(3.567)
12p81(g)(ii)	Debitado (creditado) à demonstração do resultado	-	181	-	-	(131)	50
12p81(a)	Debitado (creditado) diretamente ao patrimônio	(211)	-	-	-	(20)	(231)
	Diferenças cambiais	-	(35)	-	(460)	-	(495)
12p81(g)(i)	Em 31 de dezembro de 2007	(639)	(816)	(732)	(1.532)	(524)	(4.243)
	(Creditado) debitado à demonstração do resultado	-	(538)	(322)	1.000	(131)	9
12p81(a)	Debitado (creditado) diretamente ao patrimônio	10	-	-	-	(30)	(20)
	Aquisição de controlada (nota 37)	(250)	-	-	-	-	(250)
	Diferenças cambiais	-	(125)	(85)	(350)	(236)	(796)
12p81(g)(i)	Em 31 de dezembro de 2008	(879)	(1.479)	(1.139)	(882)	(921)	(5.300)

- 12p81(e) Os ativos de imposto de renda diferido são reconhecidos para os prejuízos fiscais na proporção da probabilidade de realização do respectivo benefício fiscal através do lucro real futuro. O Grupo não reconheceu ativos de imposto de renda de R\$ 333 (2007: R\$ 1.588) com relação a prejuízos no montante de R\$ 1.000 (2007: R\$ 5.294), que podem ser compensados com lucro real futuro. Prejuízos no montante de R\$ 900 (2007: R\$ 5.294) e R\$ 100 (2007: zero) vencem em 2011 e 2012, respectivamente.
- 12p81(f) Passivos de imposto de renda diferido de R\$ 3.141 (2007: R\$ 2.016) não foram reconhecidos para o imposto retido na fonte e para outros impostos que seriam exigíveis sobre os lucros não remetidos de certas controladas. Esses valores são permanentemente reinvestidos. Os lucros não remetidos totalizavam R\$ 30.671 em 31 de dezembro de 2008 (2007: R\$ 23.294).

20. Obrigações de benefícios de aposentadoria

	2008	2007
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de planos de pensão	3.225	1.532
Benefícios de saúde pós-emprego	1.410	701
	4.635	2.233
Despesas reconhecidas na demonstração de resultado com (nota 28):		
Benefícios de planos de pensão	755	488
Benefícios de saúde pós-emprego	149	107
	904	595

	2008	2007
19p120A(h) Perdas atuariais reconhecidas na demonstração das receitas e das despesas reconhecidas (antes do imposto de renda e da contribuição social)	-	705
19p120A(i) Perdas atuariais cumulativas reconhecidas na demonstração das receitas e das despesas reconhecidas (antes do imposto de renda e da contribuição social)	203	203

(a) Benefícios de planos de pensão

- DV O Grupo opera planos de pensão de benefício definido no Brasil e nos Estados Unidos com base na remuneração da pensão e no tempo de serviço do empregado. A maioria dos planos é financiada externamente. Os ativos do plano são mantidos em trustes, fundações ou entidades similares, regidas pelas regulamentações locais e pelas práticas individuais de cada país, sendo essa a natureza da relação do Grupo com seus agentes fiduciários (ou equivalentes) e sua composição.

19p120A(d)(f) Os valores reconhecidos no balanço patrimonial são os seguintes:

	2008	2007
Valor presente das obrigações financiadas	6.155	2.943
Valor justo dos ativos do plano	(5.991)	(2.797)
	164	146
Valor presente das obrigações não financiadas	3.206	1.549
Custo do serviço passado não reconhecido	(145)	(163)
Passivo no balanço patrimonial	3.225	1.532

19p120A(c) A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	4.492	3.479
Custo do serviço corrente	751	498
Custo financeiro	431	214
Contribuições dos participantes do plano	55	30
Perdas (ganhos) atuariais	(15)	495
Variações cambiais	(43)	(103)
Benefícios pagos	(66)	(121)
Passivos adquiridos em uma combinação de negócios (nota 37)	3.691	-
Restrições	65	-
Liquidações ¹	-	-
Em 31 de dezembro	9.361	4.492

¹ O IAS 19 requer que a Companhia divulgue os pagamentos como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais do valor presente da obrigação de benefício definido. Essa divulgação não é aplicável para as demonstrações financeiras da Companhia, entretanto, apresentamos esse item para fins de ilustração.

19p120A(e)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	2.797	2.264
Retorno esperado sobre os ativos do plano	510	240
Ganhos (perdas) atuariais	(15)	(5)
Variações cambiais	25	(22)
Contribuições do empregador	908	411
Contribuições dos empregados	55	30
Benefícios pagos	(66)	(121)
Combinações de negócios (nota 37)	1.777	-
Em 31 de dezembro	5.991	2.797

19p120A(g)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

	2008	2007
Custo dos serviços correntes	751	498
Custo financeiro	431	214
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(510)	(240)
Custo do serviço passado	18	16
Perdas de restrições	65	-
Total incluído nos custos de pessoal (nota 28)	755	488

19p120A(g)

Do total dos encargos, R\$ 516 (2007: R\$ 319) e R\$ 239 (2007: R\$ 169) foram incluídos em “custo dos produtos vendidos” e “despesas administrativas”, respectivamente.

19p120A(m)

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 495 (2007: R\$ 235).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

19p120A(n)

	2008		2007	
	Brasil	Estados Unidos	Brasil	Estados Unidos
Taxa de desconto	6,0%	6,1%	5,5%	5,6%
Taxa de inflação	3,6%	3,0%	3,3%	2,7%
Retorno esperado sobre os ativos do plano	8,5%	8,3%	8,7%	8,7%
Aumentos salariais futuros	5,0%	4,5%	4,5%	4,0%
Aumentos de planos de pensão futuros	3,6%	2,8%	3,1%	2,7%

As premissas referentes à experiência de mortalidade são estabelecidas com base em opinião de atuários, de acordo com as estatísticas publicadas e a experiência em cada território. As premissas de mortalidade para os países mais importantes baseiam-se nas seguintes tábuas de mortalidade pós-aposentadoria: (i) Brasil - PNMA 00 e PNFA 00 com ajuste médio de corte sujeito às melhorias anuais mínimas de 1% e fatores de escala de 110% para os atuais pensionistas do sexo masculino, 125% para as atuais pensionistas do sexo feminino e 105% para os futuros pensionistas dos sexos masculino e feminino; e (ii) Estados Unidos - RP2000 com um período de projeção de 10-15 anos.

Essas tábuas se traduzem em uma expectativa média de vida em anos de um pensionista que se aposenta aos 65 anos, dados:

	2008		2007	
	Brasil	Estados Unidos	Brasil	Estados Unidos
Aposentadoria na data do balanço:				
• Masculino	22	20	22	20
• Feminino	25	24	25	24
Aposentadoria 20 anos depois da data do balanço:				
• Masculino	24	23	24	23
• Feminino	27	26	27	26

DV

A sensibilidade do passivo total dos planos de pensão às mudanças nas principais premissas ponderadas é:

	Mudança na premissa	Impacto no passivo total
Taxa de desconto	Aumento/redução de 0,5%	Aumento/redução de 7,2%
Taxa de inflação	Aumento/redução de 0,5%	Aumento/redução de 5,1%
Taxa de aumento de salário	Aumento/redução de 0,5%	Aumento/redução de 3,3%
Taxa de mortalidade	Aumento em um ano	Aumento de 5,2%

19p122(b)

(b) Benefícios de saúde pós-emprego

O Grupo opera uma série de planos de benefícios de saúde pós-emprego, principalmente nos Estados Unidos. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada.

19p120A(n)

Além das premissas estabelecidas acima, a principal premissa atuarial é um aumento de longo prazo nos custos da saúde de 8,0% ao ano (2007: 7,6%).

19p120A(d)(f)

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial foram determinados como segue:

	2008	2007
Valor presente das obrigações financiadas	705	340
Valor justo dos ativos do plano	(620)	(302)
	85	38
Valor presente das obrigações não financiadas	1.325	663
Passivo no balanço patrimonial	1.410	701

19p120A(c)

A movimentação na obrigação de benefício definido é como segue:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	1.003	708
Custo do serviço corrente	153	107
Custo financeiro	49	25
Contribuições dos participantes do plano ¹	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	(2)	204
Diferenças cambiais	25	(41)
Benefícios pagos ¹	-	-
Passivos adquiridos em uma combinação de negócios (nota 37)	802	-
Restrições ¹	-	-
Liquidações ¹	-	-
Em 31 de dezembro	2.030	1.003

¹ O IAS 19 requer a divulgação das contribuições por participante do plano, benefícios pagos, restrições e liquidações como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais do valor presente da obrigação de benefício definido. Não há tal movimentação na obrigação de benefício definido relacionada com os benefícios de saúde pós-emprego nestas demonstrações financeiras, mas os itens foram apresentados para fins de ilustração.

19p120A(e)

A movimentação no valor justo dos ativos do plano é como segue:

	2008	2007
Em 1º de janeiro	302	207
Retorno esperado sobre os ativos do plano	53	25
Ganhos (perdas) atuariais	(2)	(1)
Diferenças cambiais	5	(2)
Contribuições do empregador	185	73
Contribuições de empregados ¹	-	-
Benefícios pagos ¹	-	-
Combinações de negócios (nota 37)	77	-
Em 31 de dezembro	620	302

19p120A(g)

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são como seguem²:

	2008	2007
Custo do serviço corrente	153	107
Custo financeiro	49	25
Retorno esperado sobre os ativos do plano	(53)	(25)
Total incluído nos custos de pessoal (nota 28)	149	107

19p120A(g)

Do total do encargo, R\$ 102 (2007: R\$ 71) e R\$ 47 (2007: R\$ 36), respectivamente, foram incluídos no custo dos produtos vendidos e nas despesas administrativas.

19p120A(m)

O retorno real sobre os ativos do plano foi de R\$ 51 (2007: R\$ 24).

19p120A(o)

O efeito de uma movimentação de 1% na taxa de tendência presumida do custo de saúde é como segue:

	Aumento	Redução
Efeito no total do custo do serviço corrente e do custo financeiro	24	(20)
Efeito na obrigação de benefício definido	366	(313)

² O IAS 19 requer a divulgação das contribuições dos empregados e das contribuições dos empregados como parte da conciliação dos saldos iniciais e finais dos ativos do plano. Não há tal movimentação nos ativos do plano relacionados com os benefícios de saúde pós-emprego nestas demonstrações financeiras, entretanto, os itens foram apresentados para fins de ilustração.

(c) Benefícios pós-emprego (planos de pensão e saúde)

19p120A(j) Os ativos do plano são compostos como segue:

	2008		2007	
Instrumentos de patrimônio líquido	3.256	49%	1.224	40%
Instrumentos de dívida	1.524	23%	571	18%
Bens	1.047	16%	943	30%
Outros	784	12%	361	12%
	6.611	100%	3,099	100%

DV Os investimentos são bem diversificados, tanto que o fracasso de um único investimento não teria um impacto relevante no nível geral dos ativos. A maior proporção de ativos está investida em ações, embora o Grupo também invista em bens, títulos de dívida, fundos de *hedge* e dinheiro. O Grupo acredita que as ações ofereçam os melhores retornos no longo prazo, com um nível aceitável de risco. A maioria das ações está em uma carteira globalmente diversificada de entidades internacionais de primeira linha, com uma meta de 60% das ações detidas na zona do euro e na Europa, 30% nos Estados Unidos e o restante em mercados emergentes.

19p120A(k) Os ativos do plano de pensão incluem as ações ordinárias da Companhia, com um valor justo de R\$ 136 (2007: R\$ 126), e um edifício ocupado pelo Grupo, com um valor justo de R\$ 612 (2007: R\$ 609).

19p120A(l) O retorno esperado sobre os ativos do plano é determinado mediante a consideração dos retornos disponíveis sobre os ativos que apóiam a atual política de investimento. Os rendimentos esperados sobre os investimentos de juros fixos baseiam-se em rendimentos brutos de resgate na data do balanço. Os retornos esperados sobre os investimentos de capital e de bens refletem as taxas reais de longo prazo do retorno obtido nos mercados respectivos.

19p120(q) As contribuições esperadas dos planos de benefício pós-emprego para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 totalizam R\$ 1.150.

DV O Grupo concordou que procurará eliminar o déficit durante os próximos nove anos. Os níveis de captação são monitorados anualmente e a taxa de contribuição normal acordada é de 14% dos salários da pensão na Eurávia e 12% nos Estados Unidos. A próxima avaliação trienal deve ser concluída em 31 de dezembro de 2009. O Grupo considera que as taxas de contribuição estabelecidas na última data de avaliação são suficientes para eliminar o déficit durante o período acordado e que as contribuições regulares, que são baseadas nos custos dos serviços, não aumentarão de forma significativa.

DV Um método alternativo de avaliação para o método de unidade de crédito projetada é uma avaliação de compra total. Isso pressupõe que toda a obrigação de benefício pós-emprego será liquidada mediante a transferência de todas as obrigações para uma seguradora adequada. O Grupo estima que o valor necessário para liquidar as obrigações de benefício pós-emprego na data do balanço é de R\$ 15.500.

19p120A(p)

	2008	2007	2006	2005 ²
Em 31 de dezembro				
Valor presente da obrigação de benefício definido	11.391	5.495	4.187	3.937
Valor justo dos ativos do plano	6.611	3.099	2.471	2.222
Déficit (excedente) no plano	4.780	2.396	1.716	1.715
Ajustes de experiência das obrigações do plano	(326)	125	55	-
Ajustes de experiência dos ativos do plano	(17)	(6)	(197)	-

21. Capital social e reservas de capital

1p76

	Quantidade de ações (milhares)	Capital Social	Reservas de capital	Total
Em 1º de janeiro de 2007	20.000	20.000	10.424	30.424
Plano de opção de compra de ações para os empregados:				
1p97(a), (c) • Resultados de ações emitidas	1.000	1.000	70	1.070
Em 31 de dezembro de 2007	21.000	21.000	10.494	31.494
Plano de opção de compra de ações para os empregados:				
1p97(a), (c) • Resultados de ações emitidas	750	750	200	950
IFRS3 p67(d)(ii) Aquisição de controlada (nota 37)	3.550	3.550	6.450	10.000
1p76(a) Em 31 de dezembro de 2008	25.300	25.300	17.144	42.444

1p76(a)

A quantidade total de ações ordinárias autorizadas é de 50 milhões de ações (2007: 50 milhões de ações), com valor nominal de R\$ 1 por ação (2007: R\$ 1 por ação). Todas as ações emitidas estão integralizadas.

² O IAS 19 requer um registro de cinco anos, entretanto, não tem que ser aplicado retroativamente (IAS 19p160).

1p76(a) A Companhia adquiriu 875.000 de suas próprias ações por meio de compra na Bolsa de Valores PriceMoney em 18 de abril de 2008. O valor total pago na aquisição das ações, líquido de imposto de renda e contribuição social, foi de R\$ 2.564, tendo sido deduzido dos lucros acumulados¹ no patrimônio líquido (nota 23). As ações são mantidas como “ações em tesouraria”. A Companhia tem o direito de reemitir² essas ações em uma data posterior. Todas as ações emitidas pela Companhia foram integralizadas.

10p21 A Companhia reemitiu 500.000 ações em tesouraria por uma contraprestação total de R\$ 1.500, em 15 de janeiro de 2008.

Opções de compra de ações

IFRS2p45(a) As opções de compra de ações são concedidas aos Conselheiros e a alguns empregados. O preço de exercício das opções concedidas é igual ao preço de mercado das ações menos 15% na data da concessão. As opções são concedidas aos empregados que concluíram três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções são exercíveis a partir de três anos depois da data da concessão, sujeitas ao alcance da meta de crescimento do Grupo, embasada no lucro por ação durante o período de inflação, acrescida de 4%. As opções têm um prazo contratual de opção de cinco anos. O Grupo não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada (*constructive obligation*) de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em circulação e seus correspondentes preços médios ponderados do exercício estão apresentados a seguir:

	2008		2007	
	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções (milhares)	Preço médio de exercício por ação em R\$	Opções (milhares)
IFRS2p45 (b)(i) Em 1º de janeiro	1,73	4.744	1,29	4.150
IFRS2p45 (b)(ii) Concedidas	2,95	964	2,38	1.827
IFRS2p45 (b)(iii) Caducadas	-	-	2,00	(200)
IFRS2p45 (b)(iv) Exercidas	1,28	(750)	1,08	(1.000)
IFRS2p2 (b)(v) Vencidas	2,30	(125)	0,80	(33)
IFRS2p2 (b)(vi) Em 31 de dezembro	2,03	4.833	1,73	4.744

¹ O tratamento contábil das ações em tesouraria deve ser registrado de acordo com a legislação e a prática societária local. As ações em tesouraria podem ser divulgadas separadamente no balanço patrimonial ou deduzidas dos lucros acumulados ou de uma reserva específica.

² Dependendo da legislação societária, a Companhia pode ter o direito de revender as ações em tesouraria.

IFRS2p45
(b)(vii),
IFRS2p45(c)

Das 4.833 mil opções em circulação (2007: 4.744 mil opções), 400 mil opções (2007: 600 mil opções) eram exercíveis. As opções exercidas em 2008 resultaram na emissão de 750 mil ações (2007: 1.000 mil ações) pelo preço médio ponderado de R\$ 1,28 (2007: R\$ 1,08) cada. O respectivo preço médio ponderado da ação na época do exercício era de R\$ 2,85 (2007: R\$ 2,65) por ação. Os respectivos custos de operação no valor de R\$ 10 (2007: R\$ 10) foram compensados com os resultados recebidos.

IFRS2p45(d)

As opções de compra de ações em circulação no final do exercício têm as seguintes datas de vencimento e preços de exercício:

Data de vencimento - 1º de julho	Preço médio de exercício por ação em R\$	Ações	
		2008	2007
2008	1,10	-	500
2009	1,20	800	900
2010	1,35	1.200	1.250
2011	2,00	217	267
2012	2,38	1.777	1.827
2013	2,95	964	-
		4.958	4.744

IFRS2p47(a)

O valor justo médio ponderado das opções concedidas durante o período, determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, era de R\$ 0,86 (2007: R\$ 0,66) por opção. Os dados significativos incluídos no modelo foram: preço médio ponderado da ação de R\$ 3,47 (2007: R\$ 2,80) na data da concessão, preço do exercício apresentado acima, volatilidade de 30% (2007: 27%), rendimento de dividendos de 4,3% (2007: 3,5%), uma vida esperada da opção correspondente a três anos e uma taxa de juros anual sem risco de 5% (2007: 4%). A volatilidade mensurada pelo desvio padrão de retornos de ações continuamente compostos baseia-se na análise estatística dos preços diários das ações durante os últimos três anos. Ver nota 28 para informações sobre a despesa total reconhecida na demonstração do resultado para opções de compra de ações concedidas aos Conselheiros e empregados.

33p71(c)
10p21, 22(f)

Em 1º de janeiro de 2009, 1.200 mil opções de compra de ações foram concedidas aos Conselheiros e empregados, com um preço de exercício estabelecido com base no preço das ações no mercado menos 15%, naquela data correspondente a R\$ 3,20 por ação (preço da ação: R\$ 3,68). Data de vencimento: 31 de dezembro de 2014.

O Grupo emitiu 3.550 mil ações em 1º de março de 2008 (14,5% do total das ações ordinárias emitidas) para os acionistas do Grupo RQ Calçados como parte da contraprestação pela compra de 70% das ações ordinárias. As ações ordinárias emitidas têm os mesmos direitos que as outras ações emitidas. O valor justo das ações emitidas totalizou R\$ 10,05 milhões (R\$ 2,82 por ação). Os custos das operações relacionadas, no valor de R\$ 50 cada, foram compensados com os resultados presumidos.

22. Outras reservas

		Título de dívida conversível	Reavaliação de terrenos e edificações ¹	
	Em 1º de janeiro de 2007	-	1.152	
16p39, IFRS7p20(a)(ii)	Reavaliação - bruta (notas 9 e 15)	-	1.133	
	Transferência de reavaliação - bruta (nota 9)			
12p61, 81(a)	Reavaliação - imposto (nota 30)	-	(374)	
28p39	Reavaliação - coligadas (nota 13)	-	-	
16p41	Transferência de depreciação - bruta	-	(130)	
16p41	Transferência de depreciação - imposto	-	43	
1p96(b)	<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:			
IFRS7p23(c)	• Ganhos de valor justo no exercício	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre ganhos de valor justo (nota 30)	-	-	
IFRS7p23(d)	• Transferências para vendas	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre transferências para vendas (nota 31)	-	-	
IFRS7p23(e)	• Transferências para estoques	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre transferências para estoques (nota 30)	-	-	
39p102(a)	<i>Hedge</i> de investimento líquido (nota 8)	-	-	
1p96(b)	Diferenças de conversão de moeda:			
21p52(b)	• Grupo	-	(50)	
28p39	• Coligadas (nota 13)	-	-	
	Em 31 de dezembro de 2007	-	1.774	

Reserva de <i>hedge</i>	Investimentos disponíveis para venda	Conversão	Excedente de reavaliação de ativos	Total
65	1.320	3.827	-	6.364
-	275	-	-	1.408
	(152)		-	(152)
-	(61)	-	-	(435)
-	(14)	-	-	(14)
-	-	-	-	(130)
-	-	-	-	43
300	-	-	-	300
(101)	-	-	-	(101)
(236)	-	-	-	(236)
79	-	-	-	79
(67)	-	-	-	(67)
22	-	-	-	22
-	-	40	-	40
-	-	(171)	-	(221)
-	-	105	-	105
62	1.368	3.801	-	7.005

		Título de dívida conversível	Reavaliação de terrenos e edificações ¹	
	Em 1º de janeiro de 2008	-	1.774	
16p39, IFRS7p20(a)(ii)	Reavaliação - bruta (nota 9)	-	-	
	Transferência de reavaliação - bruta (nota 9)			
12p61, 81(a)	Reavaliação - imposto (nota 30)	-	-	
28p39	Reavaliação - coligadas (nota 13)	-	-	
16p41	Transferência de depreciação - bruta	-	(149)	
16p41	Transferência de depreciação - imposto	-	49	
1p96(b)	<i>Hedges</i> de fluxo de caixa:			
IFRS7p23(c)	• Ganhos de valor justo no exercício	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre ganhos de valor justo (nota 30)	-	-	
IFRS7p23(d)	• Transferências para vendas	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre transferências para vendas (nota 30)	-	-	
IFRS7p23(e)	• Transferências para estoques	-	-	
12p61, 81(a)	• Imposto sobre transferências para estoques (nota 30)	-	-	
39p102(a)	<i>Hedge</i> de investimento líquido (nota 8)	-	-	
1p96(b),	Diferenças de conversão de moeda:			
21p52(b)	• Grupo	-	15	
28p39	• Coligadas (nota 13)	-	-	
12p61, 81(a)	Título de dívida conversível - componente do patrimônio (nota 17)	7.761	-	
12p61, 81(a)	Imposto sobre o componente do patrimônio de título de dívida conversível (nota 30)	(2.328)	-	
IFRS3p59	Aumento nos valores justos de participação proporcional do Grupo RQ Calçados (nota 37)			
	Saldo em 31 de dezembro de 2008	5.433	1.689	

¹ Uma entidade deve divulgar em suas demonstrações financeiras se há quaisquer restrições para a distribuição da reserva do valor justo de "terrenos e edificações" para os acionistas da entidade (IAS16p77(f)).

² Pressupõe-se que a base de cálculo sobre o título de dívida conversível não é dividida entre elementos de dívida e de patrimônio. Se a base de cálculo fosse dividida, a posição de imposto diferido seria afetada.

Reserva de hedge	Investimentos disponíveis para venda	Conversão	Excedente de reavaliação de ativos	Total
62	1.368	3.801	-	7.005
-	690	-	-	690
	(130)		-	(130)
-	(198)	-	-	(198)
-	(12)	-	-	(12)
-	-	-	-	(149)
-	-	-	-	49
368	-	-	-	368
(123)	-	-	-	(123)
(120)	-	-	-	(120)
40	-	-	-	40
(151)	-	-	-	(151)
50	-	-	-	50
-	-	(45)	-	(45)
-	-	2.051	-	2.066
-	-	(74)	-	(74)
-	-	-	-	7.761
-	-	-	-	(2.328)
			850	850
126	1.718	5.733	850	15.549

23. Lucros acumulados

1p97(b)	Em 1º de janeiro de 2007	48.470
	Lucro do exercício	15.512
1p97(a)	Dividendos pagos referentes a 2006	(15.736)
IFRS2p50	Valor dos serviços de empregados ¹	822
16p41	Transferência de depreciação de edificações, líquida dos impostos	87
12p68C	Crédito tributário referente ao plano de opção de compra de ações	20
19p93A	Perda atuarial das obrigações de benefícios pós-emprego, líquida de impostos	(494)
	Em 31 de dezembro de 2007	48.681
1p97(b)	Em 1º de janeiro de 2008	48.681
	Lucro do exercício	29.767
1p97(a)	Dividendos referentes a 2007	(10.102)
IFRS2p50	Valor dos serviços de empregados ¹	690
16p41	Transferência de depreciação de edificações, líquida de impostos	100
12p68C	Crédito tributário referente ao plano de opção de compra de ações	30
1p97(a)	Compra de ações em tesouraria ²	(2.564)
19p93A	Perda atuarial das obrigações de benefícios pós-emprego, líquida de imposto	-
12p80(d)	Impacto da variação da alíquota de imposto do Brasil sobre o imposto diferido	(10)
	Em 31 de dezembro de 2008	66.592

¹ O lançamento de crédito no patrimônio com relação ao encargo do IFRS 2 deve ser registrado de acordo com a legislação e a prática societária local, e pode ser em uma reserva específica, em lucros acumulados ou no capital social

² O tratamento contábil de ações em tesouraria deve ser registrado de acordo com a legislação e a prática societária local. As ações em tesouraria podem ser divulgadas separadamente no balanço patrimonial, deduzidas dos lucros acumulados ou de uma reserva específica.

24. Outros ganhos (perdas), líquidos

		2008	2007
IFRS7p20(a)(i)	Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (nota 7):	-	-
	• Perdas de valor justo	(508)	(238)
	• Ganhos de valor justo	593	-
IFRS7p20(a)(i)	Contratos a termo de câmbio:		
	• Mantidos para negociação	86	88
21p52(a)	• Ganhos (perdas) cambiais, líquidos (nota 31)	(277)	200
IFRS7p24(a)	Ineficácia dos <i>hedges</i> de valor justo (nota 8)	(1)	(1)
IFRS7p24(b)	Ineficácia dos <i>hedges</i> de fluxo de caixa (nota 8)	17	14
		(90)	63

25. Outras receitas

		2008	2007
18p35(b)(v)	Receita de dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda	1.100	883
18p35(b)(v)	Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	800	310
	Receita de investimentos	1.900	1.193
	Reembolso de seguro	-	66
		1.900	1.259

O reembolso de seguro refere-se ao excedente de rendimentos de seguro sobre o valor contábil de bens sinistrados.

26. Perda sobre terrenos desapropriados

Em 2008, terrenos sem edificações pertencentes ao Grupo no Brasil foram desapropriados, seguidos de obras para o alargamento de uma rodovia adjacente às instalações de produção do Grupo. Perdas relacionadas com a desapropriação montam a R\$ 1.117 em 31 de dezembro de 2008 (2007: zero).

27. Despesas por natureza

		2008	2007
1p93	Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração	6.950	(2.300)
1p93	Matérias-primas e materiais de gasto	53.302	31.845
1p93	Despesa de benefícios a empregados (nota 28)	40.082	15.492
1p93	Encargos de depreciação, amortização e <i>impairment</i> (notas 14 e 15)	23.204	10.227
1p93	Despesas de transporte	8.584	6.236
1p93	Custos de publicidade	12.759	6.662
1p93	Pagamentos de arrendamentos operacionais (nota 15)	10.604	8.500
1p93	Outras despesas	2.799	1.659
	Custo total das vendas, custos de distribuição e despesas administrativas	158.284	78.321

28. Despesas com benefícios a empregados

		2008	2007
19p142	Salários, incluindo custos de reestruturação R\$ 799 (2007: zero) (nota 18); e outros benefícios de rescisão R\$ 1.600 (2007: zero)	28.363	10.041
	Custos previdenciários	9.369	3.802
IFRS2p51 (a)	Opções de compra de ações concedidas a conselheiros e a empregados	690	822
19p46	Custos de planos de pensão - planos de contribuição definida	756	232
19p120A(g)	Custos de planos de pensão - planos de benefício definido (nota 20)	755	488
19p120A(g)	Outras obrigações pós-emprego (nota 20)	149	107
DV		40.082	15.492
	Número de empregados	535	210

29. Receitas e despesas financeiras

		2008	2007
IFRS7p20(b)	Despesas financeiras:		
	• Empréstimos bancários	(5.242)	(10.646)
	• Dividendos sobre as ações preferenciais resgatáveis (nota 17)	(1.950)	(1.950)
	• Título de dívida conversível (nota 17)	(3.083)	-
	• Obrigações de arrendamento financeiro	(550)	(648)
37p84(e)	• Provisões: decomposição de desconto (nota 18)	(44)	(37)
21p52(a)	Ganhos cambiais de atividades financeiras, líquidos (nota 31)	2.594	996
	Ganhos do valor justo de instrumentos financeiros:		
IFRS7p23(d)	• Swaps de taxa de juros: <i>hedges</i> de fluxo de caixa, transferência do patrimônio	102	88
IFRS 7p24(a)(i)	• Swaps de taxa de juros: <i>hedges</i> do valor justo	16	31
IFRS 7p24(a)(ii)	Ajuste do valor justo de empréstimos bancários, atribuível ao risco de taxa de juros	(16)	(31)
	Despesas financeiras	(8.173)	(12.197)
	Receitas financeiras:		
21p52(a)	• Receita financeira de depósitos bancários de curto prazo	550	489
IFRS7p20(b)	• Receita financeira de ativos financeiros disponíveis para venda	963	984
IFRS7p20(b)	• Receita financeira de empréstimos para partes relacionadas (nota 38)	217	136
	Receitas financeiras	1.730	1.609
	Resultado financeiro, líquido	(6.443)	(10.588)

30. Despesa de imposto de renda e contribuição social

		2008	2007
	Imposto de renda e contribuição social correntes:		
12p80(a)	Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro do exercício	14.082	14.082
12p80(b)	Ajustes de exercícios anteriores	150	-
	Total do imposto de renda e contribuição social correntes	14.232	6.035
12p80(c)	Geração e estorno de diferenças temporárias	476	2.635
12p80(d)	Impacto da alteração da alíquota de imposto no País	(97)	-
	Total do imposto de renda e contribuição social diferidos (nota 19)	379	2.635
	Despesa de imposto de renda e contribuição social	14.611	8.670

12p81(c)

O imposto sobre o lucro do Grupo, antes do imposto, difere do valor teórico que seria obtido com o uso da alíquota de imposto média ponderada, aplicável aos lucros das entidades consolidadas, como segue:

	2008	2007
Lucro antes do imposto	46.826	24.918
Imposto calculado com base em alíquotas de imposto locais, aplicáveis aos lucros nos respectivos países	15.453	7.475
Efeitos fiscais de:		
• Resultados de coligadas apresentados, líquidos de imposto	57	(44)
• Lucro não sujeito à tributação	(1.072)	(212)
• Despesas não dedutíveis para fins de impostos	1.540	1.104
• Utilização de prejuízos fiscais anteriormente não reconhecidos	(1.450)	-
• Prejuízos fiscais para os quais nenhum imposto de renda diferido foi reconhecido	30	347
Remensuração de imposto diferido - alteração da alíquota de imposto da Eurávia	(97)	-
Ajuste de exercícios anteriores	150	-
Encargo fiscal	14.611	8.670

12p81(d)

Durante o exercício, como resultado da alteração na alíquota de Imposto de Pessoa Jurídica do Brasil de 30% para 28% que foi substantivamente promulgada em 26 de junho de 2008 e que estará em vigor a partir de 1º de abril de 2009, os saldos de imposto diferido foram remensurados. O imposto diferido, que deve ser estornado no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, foi mensurado pela taxa efetiva que será aplicada na Eurávia durante o período (28,5%).

12p81(d)

A alíquota de imposto média ponderada aplicável era de 33% (2007: 30%). O aumento é causado por uma variação na rentabilidade das controladas do Grupo nos respectivos países, que é líquida do impacto da redução da alíquota de imposto do Brasil.

12p81(a)

O imposto de renda debitado (creditado) ao patrimônio durante o exercício é como segue:

	2008	2007
Imposto corrente ¹ :		
Plano de opções de compra de ações	-	-
Plano de benefícios de aposentadoria	-	-
Imposto diferido:		
Reservas de valor justo no patrimônio líquido:		
• Terrenos e edificações (nota 22)	-	374
• Reserva de <i>hedge</i> (nota 22)	33	-
• Ativos financeiros disponíveis para venda (nota 22)	198	61
Plano de opções de compra de ações	(30)	(20)
Título de dívida conversível - componente do patrimônio ² (nota 19 e 22)	2.328	-
Imposto sobre perda atuarial de plano de benefícios de aposentadoria	-	(211)
Impacto da alteração da alíquota de imposto da Eurávia no imposto diferido	10	-
	2.539	204

12p80(d)

¹ A IAS 12 requer a divulgação do imposto corrente debitado/creditado ao patrimônio além do imposto diferido. Não há itens de imposto corrente apresentados no patrimônio nestas demonstrações financeiras, mas os itens são apresentados para ilustração.

² Pressupõe-se que a base de cálculo sobre o título de dívida conversível não é dividida em elementos de dívida e de patrimônio. Se a base de cálculo fosse dividida, a posição de imposto diferido seria afetada.

Além disso, o imposto de renda diferido de R\$ 49 (2007: R\$ 43) foi transferido de outras reservas (nota 22) para os lucros acumulados. Isso representa imposto diferido sobre a diferença entre a depreciação real das edificações e a depreciação equivalente, com base no custo histórico das edificações.

31. Ganhos (perdas) cambiais, líquidos

21p52(a)

As diferenças cambiais (debitadas) creditadas à demonstração do resultado são as seguintes:

	2008	2007
Outros (perdas) ganhos - líquidos (nota 25)	(277)	200
Despesas financeiras, líquidas (nota 29)	2.594	996
	2.317	1.196

32. Lucro por ação

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria (nota 6).

		2008	2007
33p70(a)	Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	29.767	15.512
	Lucro de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da sociedade	100	120
		29.867	15.632
33p70(b)	Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	23.454	20.500
	Lucro básico por ação	1,27	0,76

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem duas categorias de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

		2008	2007
	Lucro		
	Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	29.767	15.512
	Despesa financeira sobre a dívida conversível (líquida de imposto)	2.158	-
33p70(a)	Lucro usado para determinar o lucro diluído por ação	31.925	15.512
	Lucro de operações descontinuadas atribuível aos acionistas da sociedade	100	120
		32.025	15.632
	Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	23.454	20.500
	Ajustes de:		
	• Conversão presumida de dívida conversível (milhares)	3.030	-
	• Opções de compra de ações (milhares)	1.213	1.329
33p70(b)	Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação (milhares)	27.697	21.829
	Lucro diluído por ação	1,16	0,72

33. Dividendos por ação

1p95
1p125(a)
10p12

Os dividendos pagos em 2008 e 2007 foram de R\$ 10.102 (R\$ 0,48 por ação) e R\$ 15.736 (R\$ 0,78 por ação), respectivamente. Dividendos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, de R\$ 0.51 por ação, totalizando R\$ 12.945, serão propostos na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 2008. Estas demonstrações financeiras não refletem esses dividendos a pagar.

34. Caixa gerado nas operações

7p18(b), 20

	2008	2007
Lucro antes do imposto de renda, incluindo operações descontinuadas	47.066	25.118
Ajustes de:		
• Depreciação (nota 15)	17.754	9.662
• Amortização (nota 14)	800	565
• <i>Impairment</i> do ágio (nota 14)	4.650	-
• (Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado (ver abaixo)	(17)	8
• Pagamento com base em ações e aumento das obrigações e benefícios pós-aposentadoria	509	1.470
• Ganhos com o valor justo de instrumentos financeiros derivativos (nota 24)	(86)	(88)
• (Ganhos) perdas com valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (nota 24)	(85)	238
• Receita de dividendos de ativos financeiros disponíveis para venda (nota 25)	(1.100)	(883)
• Receita de dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado (nota 25)	(800)	(310)
• Custo financeiro - líquidos (nota 29)	6.443	10.588
• Participação nas perdas (lucros) de coligadas (nota 13)	174	(145)
• Perdas (ganhos) cambiais de atividades financeiras (nota 31)	(277)	(200)
Variações no capital circulante (excluindo os efeitos da aquisição e as diferenças cambiais na consolidação):		
• Estoques	(6.077)	(966)
• Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(1.339)	(2.966)
• Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado	(3.747)	(858)
• Fornecedores e outras obrigações	(7.634)	543
Caixa gerado nas operações	56.234	41.776

Na demonstração do fluxo de caixa, os rendimentos da venda de imobilizado compreendem:

	2008	2007
Valor contábil líquido (nota 15)	6.337	2.987
(Lucro) prejuízo da alienação de imobilizado	17	(8)
Rendimentos da alienação de imobilizado	6.354	2.979

Transações não-monetárias

7p43

A principal transação não-monetária é a emissão de ações como contraprestação pela aquisição discutida na nota 12.

35. Contingências

37p86

O Grupo tem passivos contingentes relacionados com ações judiciais decorrentes do curso normal dos negócios.

Não deve haver nenhum passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados (nota 18).

Com relação à aquisição do Grupo RQ Calçados em 1º de março de 2008 (nota 37), uma contraprestação adicional de 5% do lucro do Grupo RQ Calçados pode ser exigível em dinheiro se as operações adquiridas atingirem vendas superiores a R\$ 7.500, em 2009, até o valor máximo descontado de R\$ 2.500. Na data de aquisição, não era provável que esses numerários fossem exigíveis. Portanto, estes não foram incluídos como contraprestação pela combinação de negócios. Não há alteração nessa avaliação no final do exercício.

37p89

O Grupo celebrou um contrato de ganhos futuros com relação à alienação em 30 de dezembro de 2006 da MM Ltda. Uma contraprestação adicional em dinheiro será exigível para o Grupo se o desempenho futuro da MM Ltda. atingir um determinado nível. Não foi reconhecido nenhum ganho nas demonstrações financeiras, uma vez que o valor dos ganhos futuros depende do resultado total da MM Ltda. do período de 39 meses findo em 31 de março de 2010.

36. Compromissos

(a) Compromissos para aquisição de ativos

Gastos com capital contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos:

	2008	2007
16p74(c) Imobilizado	3.593	3.667
38p122(e) Ativos intangíveis	460	474
	4.053	4.141

(b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional - Companhia do Grupo como arrendatária

17p35(d) O Grupo arrenda diversos pontos de varejo, escritórios e armazéns segundo contratos de arrendamento operacional não canceláveis. Os termos do arrendamento são de 1, 5 e 10 anos, e a maioria dos contratos de arrendamento é renovável no término do período de arrendamento à taxa de mercado.

17p35(d) O Grupo também arrenda diversas fábricas e máquinas segundo contratos de arrendamento operacional canceláveis. O Grupo tem que fornecer uma notificação com antecedência de seis meses para rescindir esses contratos. As despesas com arrendamento debitadas na demonstração do resultado, durante o exercício, estão divulgadas na nota 27.

17p35(a) Os pagamentos totais mínimos de arrendamento, segundo os arrendamentos operacionais não canceláveis, são:

	2008	2007
Menos de 1 ano	11.664	10.604
Mais de 1 ano e menos de 5 anos	45.651	45.651
Mais de 5 anos	15.710	27.374
	73.025	83.629

37. Combinações de negócios

IFRS3p66(a)
IFRS3p67
(a-c)
IFRS3p70(a)
IFRS3p67(i)
IFRS3p70(b)

Em 30 de junho de 2007, o Grupo adquiriu 15% do capital acionário do Grupo RQ Calçados. Em 1º de março de 2008, o Grupo adquiriu outros 55% do capital acionário e obteve o controle do Grupo RQ Calçados, um varejista de produtos de couro e calçados que atua nos Estados Unidos e na maioria dos países da Europa Ocidental. O negócio adquirido contribuiu com a receita de R\$ 44.709 e o lucro líquido de R\$ 2.762 para o Grupo no período entre 1º de março de 2008 e 31 de dezembro de 2008. Se a aquisição tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita do Grupo teria sido de R\$ 220.345, e o lucro antes das alocações teria sido de R\$ 33.126. Esses valores foram calculados de acordo com as políticas contábeis do Grupo e o ajuste dos resultados da controlada, efetuados para refletir a depreciação e a amortização adicional que seriam debitadas, pressupondo que os ajustes do valor justo do imobilizado e dos ativos intangíveis fossem aplicados a partir de 1º de janeiro de 2008, com os efeitos fiscais consequentes.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são como seguem:

	Contraprestação pela compra:	
IFRS3p67(d)		
7p40(b)	<ul style="list-style-type: none"> Pagamento em numerário 	4.050
	<ul style="list-style-type: none"> Custos diretos relacionados com a aquisição 	200
IFRS3p67(d)(i)	<ul style="list-style-type: none"> Valor justo das ações emitidas (nota 20) 	10.000
7p40(a)	Contraprestação total pela compra	14.250

IFRS
3p67(h)

O ágio é atribuível à base de clientes adquirida e às economias de escala esperadas da combinação de operações do Grupo com as do Grupo RQ Calçados.

IFRS
3p67(d)(ii)

O valor justo das ações emitidas baseou-se no preço publicado da ação (1º de março de 2008).

IFRS3p67(f)

Os ativos e passivos de 1º de março de 2008, decorrentes da aquisição, são:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Caixa e equivalentes de caixa	300	300
Imobilizado (nota 15)	67.784	63.562
Marcas registradas (incluídas nos ativos intangíveis) (nota 14)	2.000	-
Licenças (incluídas nos ativos intangíveis) (nota 14)	1.000	-
Relação contratual com o cliente (incluída nos ativos intangíveis) (nota 14)	1.000	-
Investimentos em coligadas (nota 13)	389	329
Ativos financeiros disponíveis para venda (nota 9)	473	473
Estoques	1.122	672
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	585	585
Fornecedores e outras obrigações	(12.461)	(12.461)
Obrigações de benefícios de aposentadoria:		
• Planos de pensão (nota 20)	(1.914)	(1.901)
• Outras obrigações pós-aposentadoria (nota 20)	(725)	(725)
Empréstimos	(41.459)	(41.459)
Passivo contingente	(1.000)	-
Passivo de imposto diferido (nota 19)	(1.953)	(410)
Valor justo dos ativos líquidos	15.141	8.965
Participações minoritárias (30%)	(4.542)	
Excedente de reavaliação do ativo (nota 22)	(850)	
Ágio (nota 14)	4.501	
Contraprestação total pela compra	14.250	
Contraprestação pela compra liquidada em dinheiro		4.250
Caixa e equivalentes de caixa na controlada adquirida		(300)
Saída de caixa na aquisição		3.950

Não houve aquisições no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

Ver nota 39 para as divulgações referentes à combinação de negócios ocorrida após a data do balanço, mas antes da aprovação destas demonstrações financeiras.

38. Transações com partes relacionadas

1p126(c)
24p12

O Grupo é controlado pela Pagostin Ltda. (constituída no Brasil), que detém 57% das ações da sociedade. Os 43% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas. A controladora final do Grupo é a Diniz Calçados Ltda. (constituída no Brasil). A parte controladora final do Grupo é o Sr. Poderoso.

24p17, 18, 22

As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas:

24p17(a)

(a) Vendas de produtos e serviços

	2008	2007
Vendas de produtos:		
• Coligadas	1.123	291
Vendas de serviços:		
• A controladora final (serviços jurídicos e administrativos)	67	127
• Membros próximos da família da parte controladora final (serviços de projeto)	100	104
	1.290	522

Os produtos são vendidos com base nas tabelas de preço em vigor e nos termos que estariam disponíveis para terceiros¹. As vendas de serviços são negociadas com as partes relacionadas, com base na correção de custos, permitindo uma margem que varia entre 15% e 30% (2007: 10% a 18%).

24p17(a)

(b) Compras de produtos e serviços

	2008	2007
Compras de produtos:		
• Coligadas	3.054	3.058
Compras de serviços:		
• Uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração	83	70
• A controladora imediata (serviços da administração)	295	268
	3.432	3.396

¹ A administração deve divulgar que as transações com as partes relacionadas foram conduzidas como transações entre partes independentes, quando esses termos puderem ser substanciados (IAS24p21).

24p21 Os produtos e serviços são comprados de coligadas e de uma entidade controlada pelo pessoal-chave da administração, com base em termos e condições comerciais normais. A entidade controlada, pelo pessoal-chave da administração, é uma firma pertencente ao Sr. Honda, Conselheiro da sociedade. Os serviços de administração são comprados da controladora imediata com base na correção de custos, permitindo uma margem que varia entre 15% e 30% (2007: 10%).

24p16 **(c) Remuneração do pessoal-chave da administração**

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros e Diretores, membros do Comitê Executivo e o chefe de Auditoria Interna. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2008	2007
24p16(a) Salários e outros benefícios de curto prazo, a empregados	2.200	1.890
24p16(d) Benefícios de rescisão	1.600	-
24p16(b) Benefícios pós-emprego	123	85
24p16(c) Outros benefícios de longo prazo	26	22
24p16(e) Pagamentos com base em ações	150	107
	4.099	2.104

24p17(b), 1p74 **(d) Saldos do fim do exercício, decorrentes das vendas/compras de produtos/ serviços**

	2008	2007
Contas a receber de partes relacionadas (nota 10):		
• Controladora final	50	40
• Membros próximos das famílias do pessoal-chave da administração	4	6
Contas a pagar a partes relacionadas (nota 16):		
• Controladora imediata	200	190
• Coligadas	1.902	1.005
• Entidade controlada pelo pessoal-chave da administração	100	-

As contas a receber de partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de vendas e vencem dois meses após a data destas. As contas a receber não são garantidas por natureza e não estão sujeitas a juros. Não são mantidas provisões para contas a receber de partes relacionadas (2007: zero).

As contas a pagar a partes relacionadas são, principalmente, decorrentes de operações de compras e vencem dois meses após a data da compra. As contas a pagar não estão sujeitas a juros.

(e) Empréstimos para partes relacionadas

	2008	2007
Empréstimos para o pessoal-chave da administração da sociedade (e seus familiares) ¹ :		
Em 1º de janeiro	196	168
Empréstimos efetuados durante o exercício	343	62
Amortização de empréstimo recebida	(49)	(34)
Juros cobrados	30	16
Juros recebidos	(30)	(16)
Em 31 de dezembro	490	196
Empréstimos para coligadas:		
Em 1º de janeiro	1.192	1.206
Empréstimos efetuados durante o exercício	1.000	50
Amortização de empréstimo recebida	(14)	(64)
Juros cobrados	187	120
Juros recebidos	(187)	(120)
Em 31 de dezembro	2.178	1.192
Total dos empréstimos para partes relacionadas:		
Em 1º de janeiro	1.388	1.374
Empréstimos efetuados durante o exercício	1.343	112
Amortização de empréstimo recebida	(63)	(98)
Juros cobrados	217	136
Juros recebidos (nota 25)	(217)	(136)
Em 31 de dezembro (nota 10)	2.668	1.388

¹ Nenhum dos empréstimos feitos para o pessoal-chave da administração foi feito para conselheiros.

24p17(b)(i) Os empréstimos efetuados ao pessoal-chave da administração têm os seguintes termos e condições:

Nome da pessoa-chave da administração	Valor do empréstimo	Termo	Taxa de juros
2008			
Sr. Black	R\$ 173	Amortizável mensalmente durante 2 anos	6,3%
Sr. White	R\$ 170	Amortizável mensalmente durante 2 anos	6,3%
2007			
Sr. Black	R\$ 20	Amortizável mensalmente durante 2 anos	6,5%
Sr. White	R\$ 42	Amortizável mensalmente durante 1 ano	6,5%

IFRS7p15 Alguns empréstimos efetuados para coligadas, durante o exercício, no valor de R\$ 1.500 (2007: R\$ 500), são garantidos por ações em Companhias abertas. O valor justo dessas ações era de R\$ 65 na data do balanço (2007: R\$ 590).

Os empréstimos para coligadas foram obtidos em 1º de janeiro de 2009 e estão sujeitos a juros de 7.0% (2007: 8%). Os valores justos e as taxas de juros efetivos dos empréstimos para coligadas estão divulgados na nota 10.

24p17(c) Nenhuma provisão foi necessária em 2008 e 2007 para os empréstimos feitos ao pessoal-chave da administração e coligadas.

39. Eventos após a data do balanço

(a) Combinações de negócios

10p21,
IFRS3p66(b),
IFRS3p67
(a-c)

O Grupo adquiriu 100% do capital acionário da Tat & Dal S.A., um Grupo de Companhias especializado na fabricação de calçados para esportes radicais, por uma contraprestação em numerário no valor de R\$ 5.950, em 1º de fevereiro de 2009.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

IFRS3p67(d)

Contraprestação pela compra:	
• Pagamento em numerário	5.950
• Custos diretos relacionados com a aquisição	150
Contraprestação total pela compra	6.100
Valor justo dos ativos adquiridos (ver a seguir)	(5.145)
Ágio	955

7p40(a)

IFRS3p67(h)
IFRS3p67(f)

O ágio acima é atribuível à forte posição e à rentabilidade da Tat & Dal Ltda. em negociações no nicho de mercado para equipamentos de esportes radicais.

Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados temporariamente, são:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Caixa e equivalentes de caixa	195	195
Imobilizado	29.056	28.234
Marcas registradas	1.000	-
Licenças	700	-
Relações com clientes	1.850	-
Contratos de arrendamento favoráveis	800	-
Estoques	995	495
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	855	855
Fornecedores e outras obrigações	(9.646)	(9.646)
Obrigações de benefícios de aposentadoria	(1.425)	(1.300)
Empréstimos	(19.259)	(19.259)
Ativo de imposto diferido	24	519
Ativos líquidos adquiridos	5.145	93

(b) Coligadas

10p21

O Grupo adquiriu 40% do capital acionário da Pripas S.A., um Grupo de Companhias especializado na fabricação de calçados para lazer por uma contraprestação em dinheiro de R\$ 2.050, em 25 de janeiro de 2009.

Os detalhes dos ativos líquidos adquiridos e do ágio são:

Contraprestação pela compra:	
• Pagamento em numerário	2.050
• Custos diretos relacionados com a aquisição	70
Contraprestação total pela compra	2.120
Participação do valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ver a seguir)	(2.000)
Ágio	120

DV O ágio é atribuível à forte posição e rentabilidade da Pripas S.A., em negociações no mercado de calçados de lazer, e à sua força de trabalho, que não pode ser reconhecida separadamente como um ativo intangível.

DV Os ativos e passivos decorrentes da aquisição, determinados temporariamente, são:

	Valor justo	Valor contábil da adquirida
Relações contratuais com clientes	380	-
Imobilizado	3.200	2.400
Estoques	500	500
Caixa	220	220
Credores comerciais	(420)	(350)
Empréstimos	(1.880)	(1.420)
Ativos líquidos adquiridos	2.000	1.350

(c) Transações de capital

10p21
33p71(c)
10p21, 22(f)

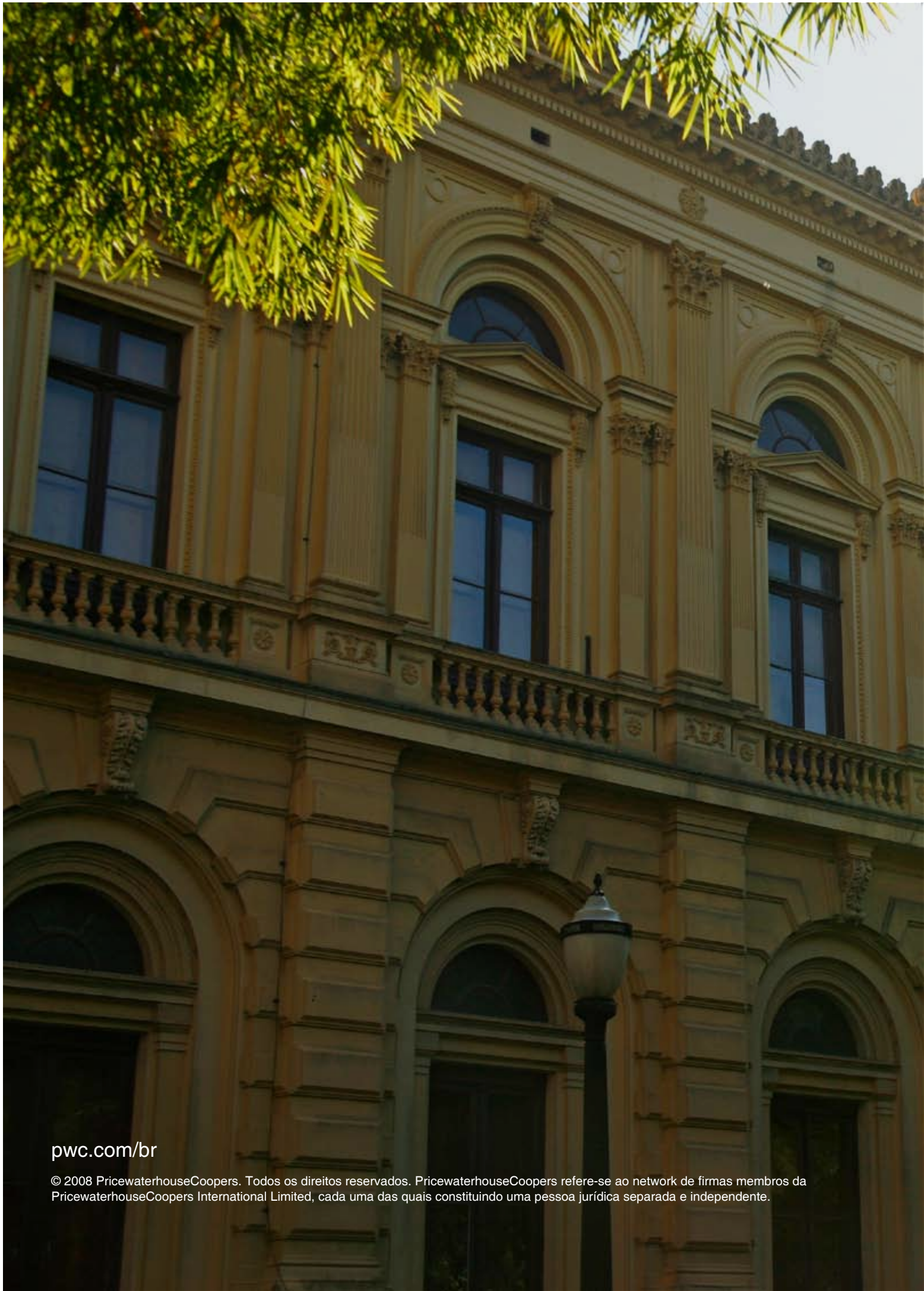
Em 1º de janeiro de 2009, 1.200 mil opções de compra de ações foram concedidas a conselheiros e a empregados com um preço de exercício estabelecido, com base nos preços das ações no mercado, menos 15%, naquela data, de R\$ 3,13 por ação (preço da ação: R\$ 3,69) (data de vencimento: 31 de dezembro de 2013).

A sociedade reemitiu 500.000 ações em tesouraria por uma contraprestação total de R\$ 1.500 em 15 de janeiro de 2009.

(d) Empréstimos

10p21

Em 1º de fevereiro de 2009, o Grupo emitiu R\$ 6.777 a 6,5% do título de dívida americano, para financiar seu programa de expansão e necessidades de capital de giro nos Estados Unidos. Os títulos são amortizáveis em 31 de dezembro de 2013 (nota 17).



pwc.com/br

© 2008 PricewaterhouseCoopers. Todos os direitos reservados. PricewaterhouseCoopers refere-se ao network de firmas membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais constituindo uma pessoa jurídica separada e independente.